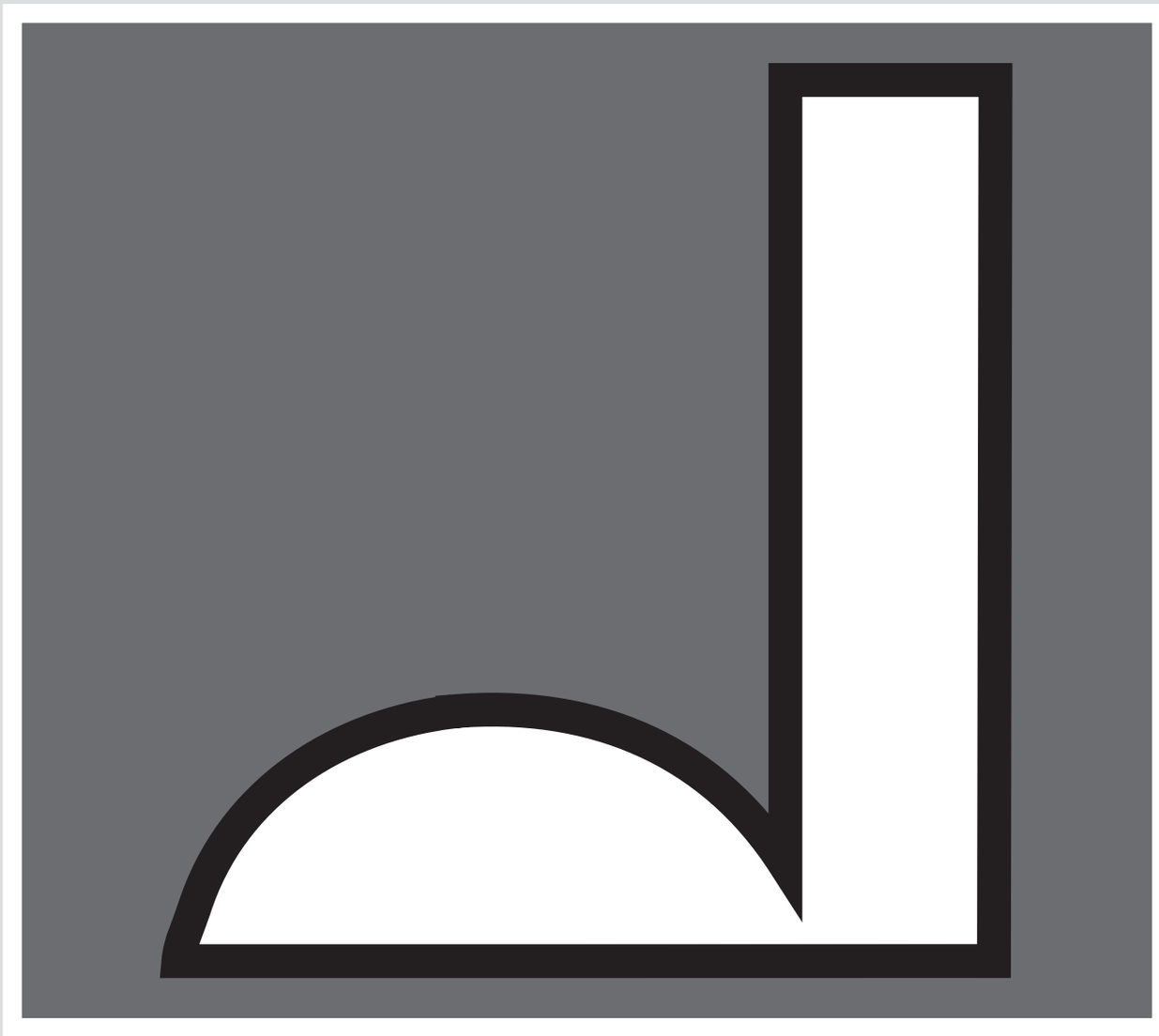
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 71 - SÁBADO, 19 DE MAIO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente	**3º Secretário**
Renan Calheiros – PMDB-AL	César Borges – PFL-BA
1º Vice-Presidente	**4º Secretário**
Tião Viana – PT-AC	Magno Malta – PR-ES
2º Vice-Presidente	
Alvaro Dias – PSDB-PR [1]	**Suplentes de Secretário**
1º Secretário	**1ª -** Papaléo Paes – PSDB-AP
Efraim Morais – PFL-PB	**2º -** Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
2º Secretário	**3º -** João Vicente Claudino – PTB-PI
Gerson Camata – PMDB-ES	**4º -** Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER	**LÍDER** **Ideli Salvatti – PT**	**LÍDER** **Lúcia Vânia**
VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	VICE-LÍDERES
..... **LÍDER DO PMDB – 20** **Valdir Raupp**	..... **LÍDER DO PT – 11** **Ideli Salvatti**	..... **LÍDER DO PFL – 17** **José Agripino**
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves
	LÍDER DO PTB – 5 **Epitácio Cafeteira** VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiazi	**LÍDER DO PSDB – 12** **Arthur Virgílio** VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias [1] Marisa Serrano Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3 **João Ribeiro** VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3 **Renato Casagrande** VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1 **Inácio Arruda**	
	LÍDER DO PRB – 1 **Marcelo Crivella**	
	LÍDER DO PP – 1 **Francisco Dornelles**	
LÍDER DO PDT – 4 **Jefferson Péres** VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	**LÍDER DO P-SOL – 1**	**LÍDER DO GOVERNO** **Romero Jucá - PMDB** VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

[1] O Senador Alvaro Dias licenciou-se do cargo a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal	**Cláudia Lyra Nascimento** Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	**Maria Amália Figueiredo da Luz** Diretora da Secretaria de Ata
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	**Denise Ortega de Baere** Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 73ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE MAIO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 12, de 2007 (nº 221/2007, na origem), do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, encaminhando os relatórios de fiscalização da 22ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos..... 15229

Recebimento dos Ofícios nº 94/2007 e nº 8/N 261/07, de 17 e 24 de abril último, do Senhor Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e do Senhor Marcelo Ribeiro de Oliveira, Procurador da República no Estado do Pará, respectivamente, sobre questão referente a legislação de licenciamento ambiental, suscitada pelo referido Diretor-Geral em audiência pública patrocinada pelas Comissões de Minas e Energia e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, ocorrida no dia 12 de abril do corrente..... 15229

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAULO PAIM* – Destaque para necessidade de uma política mais incisiva na prevenção contra acidentes e doenças provocadas pelo trabalho. Registro de matéria jornalística veiculado ontem, dia 14, pelo jornal **Gazeta Mercantil**, com o título "Trabalho: escolaridade aumenta, rendimento cai"..... 15232

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Encaminha requerimento para realização de sessão em homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas. Solicita ao Governo Federal a adoção de projeto para o desenvolvimento sustentado do Estado de Roraima. Registro do 7º aniversário da Defensoria Pública do Estado de Roraima. 15232

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 565, de 2007, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado Federal no dia 24 de agosto de 2007, destinada a homenagear o Presidente Getúlio Vargas, pelo transcurso do qüinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento..... 15241

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Preocupação com indícios de corrupção no programa do Governo Federal "Luz para Todos". Lamenta indícios de tentativa de fraude em obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. 15244

SENADOR *INACIO ARRUDA* – Parabeniza a Polícia Federal pela "Operação Navalha". Sugestão de encontro com Presidente Lula para discussão dos vetos apostos aos projetos de recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM..... 15245

1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *CÍCERO LUCENA* – Registro do editorial intitulado "Cabresto nas agências", publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 26 de março último. 15248

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro da matéria intitulada "Governo do Pará tem 60 dias para demitir parentes, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 8 de abril último..... 15249

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Registro da matéria intitulada "Pressionado por militares, Lula cancela acordo com controladores", publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 4 de abril último. 15250

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Registro da matéria intitulada "Investimento sobe menos que outros gastos", publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 28 de abril último. 15250

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro da matéria intitulada "O Primeiro Compadre", publicada pela revista **IstoÉ**, edição de 18 de abril último..... 15252

SENADOR *JOÃO PEDRO* – Reflexão da importância estratégica da Amazônia. Expectativas com relação ao desmembramento de competências do Ibama para o âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado pela Medida Provisória nº 366, de 2007, e o fechamento de escritórios desta instituição e de unidades avançadas do Incra..... 15256

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 18.05.2007

3 – EMENDAS

Nºs 1 a 3, apresentadas à Medida Provisória nº 370, de 2007. 15258

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 73ª Sessão não Deliberativa em 18 de maio de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mozarildo Cavalcanti e Heráclito Fortes.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 12, de 2007** (nº 221/2007, na origem), do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, encaminhando os relatórios de fiscalização da 22ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Presidência recebeu os **Ofícios nº 94/2007 e nº 8/N 261/07**, de 17 e 24 de abril último, do Senhor Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e do Senhor Marcelo Ribeiro de Oliveira, Procurador da República no Estado do Pará, respectivamente, sobre questão referente a legislação de licenciamento ambiental, suscitada pelo referido Diretor-Geral em audiência pública patrocinada pelas Comissões de Minas e Energia e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, ocorrida no dia 12 de abril do corrente.

A matéria, autuada como Ofício nº S/20, de 2007, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem agradeço a permuta que me permitiu ser o primeiro orador, para que eu possa ir a uma audiência às 9h45min. rapidamente, quero comentar dois assuntos.

O primeiro deles está relacionado à vida de todos os trabalhadores, não só do Brasil, mas do mundo. E, especificamente no Brasil, vou me referir à Fundacentro.

Atualmente, em todo o Planeta, cerca de dois milhões de trabalhadores perdem suas vidas no trabalho. São três vidas perdidas a cada minuto, cinco mil mortes ao dia, aproximadamente o dobro das mortes ocasionadas pelas guerras e mais do que as perdas provocadas pela AIDS.

Sr. Presidente, são 350 mil mortes devido aos acidentes típicos de trabalho e 340 mil devido às doenças, a maior parte relacionada às consideradas substâncias perigosas. Esses números totalizam 270 milhões de acidentes de trabalho e 160 milhões de doenças profissionais, por ano, em todo o mundo.

Estudos nacionais e internacionais informam que os acidentes e as doenças decorrentes do trabalho acontecem principalmente por falta de planejamento e compromisso com as regras de prevenção.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a medida essencial para combatermos esses dados alarmantes, especificados por minuto, por hora, por semana, por mês e por ano, exige uma política mais incisiva na prevenção de acidentes e de doenças de trabalho. Para isso, é necessária a implantação de uma cultura nacional de prevenção em matéria de segurança e saúde do trabalhador.

Segundo um documento publicado recentemente, chamado "Trabalho Decente – Trabalho Seguro", da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no meio urbano, 2.708 pessoas morreram em 2005 no Brasil. O número de acidentes no Brasil reduziu ao longo das décadas, mas ainda é alarmante. Para se ter uma visão ampla da situação, no *ranking* mundial, o Brasil ocupa o 4º lugar em relação ao número de mortes, repito, por acidentes e doenças no trabalho, perdendo somente para a China, os Estados Unidos e a Rússia.

Segundo dados do INSS, nos anos 1970, para uma população de 12,4 milhões de trabalhadores, foram registrados 1,57 milhão de acidentes – índice altíssimo. Esse número foi reduzido e chegou a 1,1 milhão na década seguinte. Vejam que os dados ainda são alarmantes.

Entre os ramos mais afetados por acidentes no trabalho, a construção civil destaca-se. Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Construção e Madeira, o alto grau de informalidade no segmento é uma prova de que medidas urgentes precisam ser tomadas.

Sr. Presidente, diante desse quadro que me foi apresentado, reporto-me ao papel importante da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, a nossa Fundacentro.

Criada pelo Governo brasileiro em 1966, sob a orientação da OIT – Organização Internacional do Trabalho, a Fundacentro, que é vinculada ao Ministério do Trabalho, vem promovendo, ao longo dos últimos 40 anos, em parceria com entidades públicas e privadas, ações de pesquisa e difusão de dados, informações e conhecimentos voltados para a prevenção e redução

do número de mortes, com o combate permanente aos acidentes e doenças decorrentes do trabalho.

Hoje, Srªs e Srs. Senadores, a Fundacentro passa por uma série de dificuldades. Por isso, faço as seguintes considerações acerca dos desafios da entidade:

1º) a Fundacentro encontra uma grande dificuldade na divulgação dos cursos e dos eventos previstos e executados por ela;

2º) as limitações das tecnologias de informática disponíveis na instituição impedem o trabalho eficaz da equipe técnica;

3º) a reposição de técnicos, ou seja, acabar com a estagnação técnica que se perpetua ao longo da década. O Centro Regional da Fundacentro no Distrito Federal, que varia o número quantitativo de seis a cinco servidores para atender ao DF e aos Estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins;

4º) obter uma maior participação da Fundacentro junto à sociedade, especialmente em relação às entidades representativas dos trabalhadores e dos empregadores;

5º) implementar cursos de capacitação para seus servidores.

Sr. Presidente, é fundamental que sejam feitos investimentos estruturais na Fundacentro, seja na contratação de novos servidores, seja na implantação de um plano de carreira ao seus quadros de pessoal. Caso contrário, a sua função primordial, a prevenção dos acidente de trabalho, que há décadas vem contribuindo para a diminuição dos acidentes de trabalho, estará fadada à extinção.

Por isso tudo, Sr. Presidente, faço esse pronunciamento, fortalecendo a idéia de que a Fundacentro tem de ser apoiada com muito mais força.

Nesse aspecto, faço um pedido ao Exmº, Sr. Ministro do Trabalho, Carlos Lupi. Notem, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Heráclito Fortes, que acabei de falar na importância do ensino técnico profissionalizante, para que os nossos jovens e aqueles que são afastados do mercado de trabalho porque alegam que estão com idade avançada, por volta de 40 ou 45 anos, tenham mais oportunidades.

Volto a insistir no ensino técnico.

Quero também, Sr. Presidente, neste meu pronunciamento, dizer que fiquei preocupado com os dados divulgados recentemente pelos economistas Anna Crespo e Maurício Cortez Reis, que revelam que, de 1982 até 2004, a média de estudo dos trabalhadores urbanos aumentou em dois anos e cinco meses, mas a renda média encolheu 33,62%.

Em 1982, um terço dos trabalhadores das cidades não tinham o ensino fundamental completo. Esse índice caiu para 15%, mas não garantiu a melhora de renda ou de vida.

Quem tinha diploma do chamado primário, há vinte e dois anos, ganhava em média 12% a mais do que os analfabetos. Há dois anos, o salário dos dois grupos se equiparou.

Apesar de a queda da renda do trabalho atingir de forma linear todos os trabalhadores, aqueles que estudaram mais estão ganhando proporcionalmente salários mais altos. Isso é um fato, é real.

Pelo estudo do Ipea, quem tinha 17 anos de estudos, em 1982, ganhava o dobro daqueles trabalhadores que estudaram apenas 10 anos. Em 2004, a diferença do salário subiu para 172%.

Em compensação, a diferença salarial entre os trabalhadores com 10 anos de estudo e os que não haviam concluído o primeiro grau caiu de 123% para 75%.

Segundo o Ipea, as significativas mudanças no mercado de trabalho, nos últimos 20 anos, decorrentes da abertura da economia globalizada e o desenvolvimento tecnológico exigiram profissionais mais habilitados.

Voltamos de novo com todos esses dados e números. Sei que muitos dos que estão assistindo neste momento à TV Senado podem dizer que são muitos números, que são muitos dados. Mas, eu volto com esses argumentos para insistir na importância do ensino técnico e pela aprovação do projeto do Fundep que apresentei e que geraria algo em torno de R$5 bilhões a R$6 bilhões para investimento.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Exª tem sido um incentivador desse debate. Por isso, assina comigo a criação da Frente Parlamentar, Senado e Câmara, em Defesa do Ensino Técnico.

Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Quero justamente fazer um breve aparte a V. Exª para dizer que não apenas assinei a adesão à Frente, como tenho realmente convicção de que esse talvez seja o melhor caminho para nós realmente mudarmos o perfil do Brasil em termos de educação e de profissionalização. Tive a honra de, como Deputado Federal, apresentar um projeto de lei autorizativo que propunha a criação da Escola Técnica Federal de Roraima, que hoje já é um Centro Federal de Ensino Tecnológico e que realmente vem prestando um excelente serviço à sociedade de Roraima, formando profissionais muito capacitados. Portanto, quero dizer que é muito importante essa cruzada que V. Exª encabeça e que, tenho certeza, terá o apoio de todos os senadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, o seu aparte, com certeza, dá qualidade a este pronunciamento. Eu trabalhei muito com números e dados, e V. Exª dá um exemplo prático de uma iniciativa sua, em seu Estado, em Roraima, de um projeto autorizativo que criou uma escola técnica que hoje, pelo que conta, é um centro de excelência e que ajuda em muito a formação da nossa juventude e até dos mais idosos que precisam fazer reciclagem para outros postos.

Sr. Presidente Heráclito Fortes, tenho aqui inúmeros dados que demonstram a importância do fortalecimento do ensino técnico, mas, como sei que V. Exª e o Senador

Mozarildo ainda têm de viajar hoje, vou sintetizar meu pronunciamento e pedir que a Casa considere ambos como lidos na íntegra. Já contei com tolerância de V. Exª, pois havia pedido 10 minutos e já estou em 15 minutos. Gostaria, portanto, de dizer que todos os dados que estão nesses dois documentos fortalecem a aprovação do Fundep.

O Secretário Executivo do MEC voltado para essa área de educação profissional, Dr. Eliezer Pacheco, está me dando todo apoio. Faço questão de registrar isso aqui. Ele é gaúcho e responde no MEC por essa pasta, mas ele tem a visão de que é uma proposta nacional e não apenas para o Rio Grande. Que fique bem claro isso. Pretende o fortalecimento do ensino técnico em todos os Estados. Por isso, a aprovação desse fundo é fundamental.

Trata-se de uma emenda à Constituição da qual o Senador Demóstenes Torres é o relator, e há um compromisso já acertado comigo por parte de S. Exª de que essa matéria seria votada com rapidez em dois turnos, para que todos os estados tenham mais investimentos nas escolas e em novas escolas, e contratação de professores e funcionários.

E, como digo sempre, para concluir, alimentamos o sonho de ter - quem sabe? - uma escola técnica, por menor que seja, em cada cidade deste País e esperamos que isso se torne realidade. Isto sim, como diz o Senador Cristovam, seria efetivamente uma revolução na educação.

Muito obrigado aos dois senadores pela oportunidade que me deram: Senador Heráclito Fortes e Senador Mozarildo Cavalcanti.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero aqui falar de um assunto que faz parte da vida dos trabalhadores brasileiros e do mundo inteiro.

Atualmente, em todo o Planeta, cerca de dois milhões de trabalhadores perdem suas vidas no trabalho. São três vidas perdidas a cada minuto, cinco mil mortes ao dia, aproximadamente o dobro das mortes ocasionadas pelas guerras e mais do que as perdas provocadas pela AIDS.

São 350 mil mortes devido aos acidentes típicos de trabalho e 340 mil às doenças, a maior parte relacionadas às substâncias perigosas. Esses números totalizam 270 milhões de acidentes de trabalho e 160 milhões de doenças profissionais, por ano, em todo o mundo.

Estudos nacionais e internacionais informam que os acidentes e doenças decorrentes do trabalho ocorrem, principalmente, por falta de planejamento e compromisso com a questão.

Sras. e Srs. Senadores, a medida essencial para combatermos esses dados alarmantes é a prevenção dos acidentes. Com certeza, números exorbitantes como esses certamente serão diminuídos. A prevenção funciona.

Para isso, é necessária a implantação de uma cultura nacional de prevenção em matéria de segurança e saúde no trabalho.

Sras e Srs. Senadores, segundo o documento Trabalho Decente – Trabalho Seguro, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no meio urbano, 2.708 pessoas morreram em 2005 no Brasil, com redução de 4,6% em relação ao ano anterior.

O número de acidentes no Brasil vem caindo ao longo das décadas, mas ainda é alarmante.

Para se ter uma visão ampla da situação, no *ranking* mundial o Brasil ocupa o 4º lugar em relação ao número de mortes, perdendo somente para a China, Estados Unidos e Rússia.

Segundo dados do INSS, nos anos 1970, para uma população de 12,4 milhões de trabalhadores, foram registrados 1,57 milhão de acidentes; esse número passou para 1,1 milhão na década seguinte, para um contingente de 21 milhões de trabalhadores, e caiu para 470 mil nos anos 1990.

Entre os ramos mais afetados por acidentes, encontra-se o da construção civil. Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Construção e Madeira, o alto grau de informalidade no segmento é uma prova de que os números do INSS são subdimensionados.

Sr. Presidente, diante da grandiosidade dos números que foram apresentados é que me reporto ao papel da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, a Fundacentro.

Criada pelo Governo brasileiro no ano de 1966 sob a orientação da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a Fundacentro, que é vinculada ao Ministério Do Trabalho, vem promovendo, ao longo dos últimos 40 anos, em parceria com entidades públicas e privadas, ações de pesquisa e difusão de dados, informações e conhecimentos voltados para a prevenção e redução do número de mortes, acidentes e doenças decorrentes do trabalho.

Hoje Sras e Srs. Senadores, a Fundacentro passa por grandes dificuldades e desafios:

1º encontra uma grande dificuldade na divulgação dos cursos e eventos previstos e executados pela Fundação;

2º as limitações das tecnologias de informática disponíveis na instituição, impedem um trabalho eficaz da equipe técnica;

3º a reposição de técnicos, ou seja, acabar com a estagnação técnica que se perpetua ao longo de décadas. O Centro Regional da Fundacentro no Distrito Federal, que varia o número quantitativo de seis a cinco servidores para atender ao Distrito Federal e aos Estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantis;

4º obter uma maior inserção da Fundacentro junto à sociedade, especialmente em relação às entidades representativas dos trabalhadores; e

5º por fim, Sras e Srs. Senadores, implementar cursos de capacitação para seus servidores.

Sr. Presidente, precisamos ter investimentos estruturais na Fundacentro, seja na contratação de novos servidores, seja na implantação de um plano de carreira ao seus quadros de pessoal. Caso contrário, a sua função primordial, que é a prevenção dos acidentes de trabalho,

que há décadas vem contribuindo para a diminuição dos acidentes de trabalho, estará fadada a extinção.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar matéria jornalística veiculada ontem (14) pelo jornal **Gazeta Mercantil**, com o título "Trabalho: escolaridade aumenta, rendimento cai".

A jornalista Valderez Caetano se valeu de um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), elaborado pelos economistas Anna Crespo e Maurício Cortez Reis.

Conforme a matéria, os trabalhadores brasileiros estão mais instruídos, mas ganhando menos.

De 1982 até 2004 – a média de estudo dos trabalhadores urbanos aumentou em dois anos e cinco meses, mas a renda média encolheu 33,62%.

Em 1982, um terço dos trabalhadores das cidades não tinham o ensino fundamental completo. Esse índice caiu para apenas 15%, mas não garantiu a eles melhoria de vida.

Quem tinha diploma do chamado primário há 22 anos ganhava em média 12% a mais que os analfabetos. Há dois anos, o salário dos dois grupos se equiparou.

Apesar da queda da renda do trabalho atingir de forma linear todos os trabalhadores, aqueles que estudaram mais estão ganhando proporcionalmente salários mais altos.

Pelo estudo do Ipea, quem tinha 17 anos de estudo em 1982 ganhava o dobro daqueles trabalhadores que estudaram apenas 10 anos. Em 2004, a diferença dos salários subiu para 172%.

Em compensação, a diferença salarial entre os trabalhadores com dez anos de estudo e os que não haviam concluído o primeiro grau caiu de 123% para 75%.

Segundo o Ipea, as significativas mudanças no mercado de trabalho nos últimos 20 anos, decorrentes da abertura da economia, da globalização e desenvolvimento tecnológico, exigiram profissionais mais habilitados.

Os economistas dizem que, durante os últimos 20 anos, ocorreram muitas mudanças no mercado de trabalho que podem ter influenciado a relação entre ganho e tempo de estudo.

A pesquisa também aponta que a diferença de rendimentos é ainda mais marcante quando se compara o salário médio dos trabalhadores da região Nordeste com os da região Sudeste.

Os pesquisadores escolheram as duas regiões porque, segundo eles, é nelas que estão concentrados 70% dos trabalhadores brasileiros.

Segundo o estudo, no ano de 1982 a média de rendimentos dos empregados nordestinos era 65% inferior à dos trabalhadores do Sudeste.

Em 2004, essa diferença subiu para 75%.

No começo dos anos 80, o salário médio dos trabalhadores nordestinos era de R$466,70 e caiu para R$297,21 há dois anos. Uma queda de 37%!

Já os salários médios na região Sudeste caíram 33%, passando de R$772,09 em 1982 para R$517,75 há dois anos.

O estudo do Ipea foi elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do IBGE.

Os pesquisadores tomaram como base os trabalhadores urbanos com idade entre 25 e 60 anos.

Os números mostraram, ainda, que em 1982 os trabalhadores brasileiros que pertenciam a essa faixas de idade tinham, em média, cinco anos e seis meses de estudo.

O período de formação escolar subiu para seis anos e dois meses em 1992, seis anos e nove meses em 1998 e atingiu sete anos e seis meses há dois anos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Quero lembrar a V. Exª que, na sessão das sextas-feiras, regimentalmente, V. Exª dispõe de até vinte minutos. No entanto, agradecemos a colaboração.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de encaminhar à Mesa requerimento assinado por 51 senadores, solicitando uma sessão especial para homenagear o ex-Presidente Getúlio Vargas, na data do seu falecimento, dia 24 de agosto.

A quantidade de Senadores que assinaram o requerimento mostra a importância que teve o Presidente Getúlio Vargas para o Brasil.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, se me permite, eu não assinei e faço questão de assinar. V. Exª sabe que Getúlio Vargas é um daqueles homens que entraram para a história, principalmente num viés dos trabalhadores.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Obrigado. V. Exª será o número 52.

Sr. Presidente, hoje quero falar de um pedaço muito especial da Amazônia que é o meu Estado de Roraima, onde nasci, onde passei a minha infância, o início da minha adolescência, e de onde tive de sair para estudar porque naquela época sequer existia o segundo grau em Roraima.

Saí, formei-me em Medicina em Belém – portanto, na Amazônia também – e retornei para o meu Estado, logo após formado, e fiquei durante 14 anos exercendo a Medicina.

O Estado de Roraima – é bom que digamos claramente a todos os brasileiros, até para que se entenda a Amazônia e a importância de tantas coisas que devem ser feitas para desenvolver aquela região – era, na verdade, uma parte do Estado do Amazonas. O então Presidente Getúlio Vargas, por meio de um decreto – àquela época, era permitido esse tipo de criação de Unidade da Federação por meio de decreto –, criou o Território

de Roraima, o Território do Amapá, o então Território do Guaporé, hoje Estado de Rondônia, e mais dois: Ponta Porã e Iguaçu, que, infelizmente, na Constituição de 1946, foram reanexados ao Estado de origem.

O Estado de Roraima passou 45 anos na condição de Território Federal, de 1943 até a Constituinte de 1988 – quatro décadas e meia. Com certeza, não foi uma boa experiência, porque o regime de Território Federal, na verdade, transforma um pedaço do País numa espécie de autarquia de Ministério. Então, como os Governadores eram nomeados, levavam consigo toda uma equipe de assessores, mas, de alguma forma, foi melhor do que continuarmos como Estado do Amazonas.

Há o exemplo do Município de Barcelos, que já foi capital da então Província do Amazonas e é fronteira com o nosso Estado. E, se compararmos o desenvolvimento de Barcelos com o de Roraima, vemos uma distância colossal.

O meu Estado, portanto, foi criado na Constituinte de 1988. Tive a honra de, como constituinte, lutar por essa tese junto com o então Deputado Federal e hoje Governador Ottomar Pinto, sua esposa, a ex-Deputada e ex-Senadora Marluce Pinto, e o então Deputado Chagas Duarte. Fizemos um movimento junto com os Deputados do Amapá e conseguimos, pelo menos, a transformação dos dois Territórios em Estado, ocasião em que foi criado também o Estado do Tocantins.

Roraima, então, num curto espaço de tempo, a partir de 1988, mais precisamente do momento em que se instalou o Estado, em 1º de janeiro de 2001, tem obtido, apesar de todos os pesares, do pouco caso que os sucessivos Governos Federais têm demonstrado em relação ao Estado, desenvolvimento muito especial.

Começo destacando, por exemplo, a questão da ligação do Estado de Roraima, porque vejo que, ainda hoje, se repete em todas as emissoras de televisão e muita gente culta ainda diz que o Brasil vai do Oiapoque ao Chuí, como se o Oiapoque fosse o extremo norte do Brasil. Atualmente, estudos geodésicos, comprovados por aparelhos modernos como o GPS provam que o ponto extremo norte do Brasil está no Monte Caburaí, no Estado de Roraima.

Então lá, no extremo norte, encravados dentro da Venezuela e limitando-nos com a ex-Guiana Inglesa, estamos realmente muito distantes dos grandes centros. Ouço muita gente dizer "nos grotões do Brasil", num tom depreciativo, mas, antes mesmos de as instituições públicas chegarem lá, já existiam brasileiros defendendo aquelas fronteiras, ocupando-as por conta própria, defendendo o solo pátrio e, principalmente, a presença dos brasileiros naquela região.

Volto, portanto, ao ponto de Estado precário. Houve a ligação da capital do Amazonas com a nossa capital, Boa Vista; depois, a ligação com a fronteira com a Venezuela – portanto, com toda a Venezuela, porque, naquela região, há asfalto em toda a extensão da fronteira, e da nossa Capital até a fronteira com a Guiana. Está sendo concluída a ponte que atravessa o rio Tacutu, que é a fronteira com a Guiana, e o Brasil está em entendimento para financiar o asfaltamento de um trecho de pouco mais de 400km², que vai unir, portanto, a cidade de Lethem, na fronteira com o Brasil, à cidade de Georgetown. Também nesse projeto há a construção de um porto marítimo moderno na Guiana, de maneira que haja uma área de escoamento não só para Roraima, mas também para o Estado do Amazonas, incrementando, dessa forma, o desenvolvimento da região.

Fora isso, as instituições que se instalaram com a criação do Estado deram realmente à sua população a postura de cidadania. Hoje, o povo de Roraima pode dizer realmente que é cidadão por inteiro, porque, na época em que era Território Federal – apenas para mencionar a situação esdrúxula –, os juízes eram mandados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, e a segunda instância judicial era aqui em Brasília. Então, somente aqueles que tinham muita condição podiam recorrer de uma decisão de primeira instância.

Hoje, há um Tribunal de Justiça funcionando e realizando, proporcionalmente, um dos melhores trabalhos do Brasil, inclusive do ponto de vista da informatização, do juizado de pequenas causas. É realmente um tribunal moderno e, proporcionalmente, presta um serviço melhor do que o de muitos Estados do Brasil.

Temos também uma Assembléia Legislativa, que, portanto, dá representatividade ao povo junto ao governante. O Governador é eleito; temos representação no Senado, algo que não era possível como Território Federal.

Portanto, hoje, temos condições de progredir e estamos progredindo – apesar, repito, dos entraves que o Governo Federal ainda coloca ao nosso desenvolvimento.

Sr. Presidente, faço este registro para todo o Brasil a fim de chamar a atenção, porque este País não pode continuar sendo só litorâneo, Senadores Heráclito Fortes e Inácio Arruda, porque, na verdade, se observamos, vamos ver que, numa faixa que vai da beira do mar a 300 quilômetros para o interior do Brasil, é onde se encontram 80% da população brasileira. Então, um País pensado e moldado assim desenvolve-se de maneira muito desigual.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Se V. Exª me permite, nem o mar de Roraima sem a Ilha de Margarita.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Pois é. O nosso mar fica na Venezuela, lá na Ilha de Margarita.

Na verdade, é muito importante que haja, efetivamente, uma política não apenas com essa verdadeira tonalidade apocalíptica que se coloca na Amazônia – em que não se pode derrubar mais uma árvore, não se pode fazer mais nada na Amazônia –, esquecendo-se de que lá existem 25 milhões de habitantes, Senador Inácio Arruda. São 25 milhões de brasileiros, uma população igual à da Venezuela. No entanto, não há um projeto efetivo de desenvolvimento.

Nós temos nos batido aqui; tivemos recentemente uma audiência com o Presidente Lula. O Governador levou as reivindicações, e estou colocando

todo o crédito de que o Presidente Lula vai realmente implementar as medidas solicitadas, e isso vai alterar profundamente o desenvolvimento do Estado.

Mas hoje faço registros especiais em relação ao meu Estado. Já falei do Tribunal de Justiça, da Assembléia Legislativa e também do Tribunal de Contas do Estado, que proporciona segurança no que se refere à aplicação adequada dos recursos públicos. Estamos, portanto, institucionalizados como Estado-membro da Federação. O que falta é soltar algumas amarras que ainda atrapalham o nosso progresso. Por exemplo, as terras do Estado, Senador Inácio Arruda, estão nas mãos do Incra, porque esse órgão, quando éramos Território Federal, arrecadou-as e teima em não passá-las para o Estado. O Presidente Lula já determinou que isso seja feito, e espero que, com relação à burocracia do Incra, certos vieses pouco, digamos assim, nacionalistas que ainda existem por ali sejam superados para que possamos vencer essa etapa e desenvolver o Estado.

No entanto, como eu disse, quero fazer dois registros hoje: a publicação da primeira revista do Centro Federal de Ensino Tecnológico – que é outra felicidade que tenho, pois, como Deputado Federal, apresentei um projeto de lei autorizativo, criando a Escola Técnica Federal, cuja implantação foi feita pelo Presidente Sarney, e hoje a antiga Escola já é um Centro Federal de Ensino Tecnológico. Portanto, possui ensino de 3º grau e publica a primeira edição da revista *Norte Científico*, fruto do trabalho de professores e alunos.

Causa-nos muito orgulho termos hoje uma instituição de ensino profissionalizante, como o Cefet-RR. Quero cumprimentar o seu diretor-geral, o seu corpo docente, os alunos e as alunas, que realmente serão indispensáveis para a grande mudança e o grande desenvolvimento do Estado.

Igualmente, Sr. Presidente, há outra instituição não menos importante do que o Tribunal de Justiça. Olvidei a questão do Ministério Público Estadual, que possui um trabalho brilhante e importante para a boa aplicação e a boa promoção no Estado, mas há um outro lado: a Defensoria Pública. Esse é o ponto-chave, quer dizer, o cidadão pobre não pode pagar advogado e fica à mercê, muitas vezes, daqueles que têm mais recursos e vão para uma lide judicial. O outro lado, tendo como pagar um bom advogado, pode colocar nos autos e levar ao conhecimento do juiz aquilo contrário à parte mais fraca.

Portanto, a Defensoria Pública, digamos assim, é o lugar onde estão os advogados dos pobres. E a Defensoria Pública do Estado de Roraima comemora amanhã, sábado, o seu sétimo aniversário, e vai realizar o II Ciclo de Palestras Alusivas ao Dia Nacional do Defensor Público. O evento acontecerá no auditório da OAB de Roraima. Palestras, debates e temas jurídicos fazem parte da programação, que marcará o lançamento da cartilha do *Direito de ter Direito*, que fará parte do *site* oficial da Defensoria Pública e é de um alcance social muito importante.

A primeira coisa para o cidadão é ter seus direitos defendidos e assegurados. Obviamente, sabemos que não há só direitos, há deveres também, e o cidadão no Brasil, muitos vezes, tem apenas dever, não tem seus direitos bem defendidos.

A Defensoria Pública hoje é composta de 38 defensores públicos, que atuam em todas as comarcas do Estado. Em Boa Vista, que é a capital, atende em sua sede, no centro, no Fórum Sobral Pinto, por meio da Câmara de Conciliação e dos Núcleos de Juizados Especiais, além do Núcleo da Infância e Juventude. A capital reúne 27 defensores, que respondem por cerca de 70% dos atendimentos da instituição. No interior, são 11 defensores, e a Defensoria está presente em todas as comarcas: Alto Alegre, Caracaraí, Mucajaí, Pacaraima, Rorainópolis e São Luiz do Anauá.

De acordo com o II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, divulgado no início de 2007 pelo Ministério da Justiça, a Defensoria do Estado está entre as seis do País - veja bem, Senador Heráclito Fortes, uma Defensoria com sete anos de existência, instalada antes que a de muitos Estados grandes - que atendem em todas as comarcas do seu Estado.

Então, é muito importante que nós tenhamos essas coisas registradas nos Anais do Senado e que sejam ditas aqui para todo o Brasil. Um Estado pequeno, o de menor população do País, situado no extremo norte, está trabalhando de maneira muito importante. No caso da educação, citei o exemplo do Cefet, mas existem também a Universidade Federal de Roraima, que tem 29 cursos, inclusive os de Medicina, Engenharia e Agronomia, e seis instituições particulares de ensino superior.

Trata-se de um Estado que tem tudo para ser modelo e onde existe ainda pouca criminalidade, mas é preciso que o Governo Federal desamarre esses nós que, institucionalmente, atrapalham o seu desenvolvimento.

Faço este registro importante do aniversário da Defensoria e do lançamento da revista *Norte Científico*, do Centro Federal de Ensino Tecnológico. Também peço, Sr. Presidente, que o artigo publicado na *Folha de Boa Vista*, sob o título "Defensoria Pública completa sete anos de criação", seja transcrito na íntegra, além do documento que contém o diagnóstico da Defensoria Pública do Estado de Roraima, com todos os dados a respeito.

Concluo, portanto, cumprimentando os defensores públicos, na pessoa do Defensor Público-Geral, Sr. Taumaturgo do Nascimento, o corpo docente e os alunos do Cefet.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA
Corregedoria Geral
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

DIAGNÓSTICO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

1. INTRODUÇÃO

A Defensoria Pública do Estado de Roraima – DPE/RR, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 037/00, é composta pelos Núcleo da Capital, que compreende os Núcleos Cível, Criminal, Câmara de Conciliação, Defensoria Comunitária, Juizado da Infância e da Juventude e Juizados Especiais, bem como os Núcleos do Interior, situados nas Comarcas de Alto Alegre, Caracaraí, Mucajaí, Pacaraima, Rorainópolis e São Luís do Anauá.

Atualmente o quadro da instituição é composto por 39 (trinta e nove) Defensores Públicos, lotados nos núcleos acima citados.

Frise-se, ainda, que o Estado de Roraima possui 15 Municípios e que a Defensoria Pública está presente em todas as Comarcas instaladas.

Ademais, a autonomia administrativa e financeira contemplada pela Emenda Constitucional nº 45/04, foi ratificada, através da Emenda Constitucional Estadual nº 16/05.

Justo por isso, desde 01.01.2005 a Defensoria Pública de Roraima recebe repasse integral do duodécimo, o que viabilizou a aquisição de mobiliário, equipamentos de informática e novos veículos.

Em 31 de março de 2006 a Defensoria Pública Estadual recebeu do Governo do Estado um novo prédio para a sede da Instituição, localizado na Avenida Sebastião Diniz n.º1.165, no Centro da Capital, com um subsolo e três pisos.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA
Corregedoria Geral
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

2. ARÉAS DE ATUAÇÃO

2.1 NÚCLEO DA CAPITAL

2.1.1. NÚCLEO CIVEL

Está instalado na sede da Instituição, possui 14 (quartoze) Defensores Públicos e representa, aproximadamente, 37,7% dos serviços prestados pela DPE/RR à população carente.

Os atendimentos revelam que as demandas mais procuradas são: alimentos, execução de alimentos, investigação de paternidade, divórcio, reconhecimento e dissolução de união estável, registro civil, mandado de segurança, possessórias, cobranças e indenizações.

2.1.2. NÚCLEO CRIMINAL

Encontra-se igualmente localizado na sede da Defensoria Pública e conta com 08(sete) Defensores Públicos.

Tal área corresponde, aproximadamente, a 20,2% dos serviços realizados pela DPE/RR. Apresenta prioritariamente a confecção de defesas em processo criminais e grande atendimento aos réus e familiares destes.

Frise-se, ademais que além das atividades desenvolvidas na própria Instituição, os Defensores Criminais revezam-se na realização de atendimentos em Delegacias, Cadeia Pública e Penitenciária.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA
Corregedoria Geral
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

2.1.3. CÂMARA DE CONCILIAÇÃO

Câmara de Conciliação atua juntamente com a Vara itinerante. Possui 01 (um) Defensor Público e corresponde, aproximadamente, 4% dos serviços efetuados pela DPE/RR.

Na Câmara de Conciliação as partes envolvidas são convidadas a comparecer para tentar a composição do litigio. Efetuado o acordo, o processo é encaminhado para homologação, garantindo mais celeridade a prestação jurisdicional.

Os atendimentos mais procurados referem-se a reconhecimento e dissolução de União Estável, Reconhecimento de paternidade, divórcio, separação e pedido de alimentos.

2.1.4. DEFENSORIA COMUNITÁRIA

À exemplo dos Núcleos acima, a Defensoria Comunitária foi implantada na sede da Defensoria Pública. Contudo, a atuação do referido Núcleo ocorre nos Bairros da Capital e nos interiores do Estado, a fim de, em parceria com a Justiça Móvel, promover a composição dos litigios de forma amigável e o registro civil das pessoas que não possuem certidão de nascimento.

A cada evento é designado 1 (um) Defensor Público dentre os membros da carreira. Os atendimentos mais procurados referem-se à pedido de alimentos, reconhecimento de paternidade e registro civil.

Os serviços realizados pela Defensoria Comunitária equivalem, aproximadamente, 0,9% dos serviços executados pelo Órgão.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA
Corregedoria Geral
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

2.1.5. NÚCLEO DO JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Funciona em parte da sede do Juizado da Infância e da Juventude, com 02 (dois) Defensores Públicos que atuam no núcleo.

Representa, aproximadamente, 7,3% dos serviços prestados pela DPE/RR à população carente. Os atendimentos mais procurados dizem respeito a adoção e defesa em atos infracionais.

2.1.6. NÚCLEO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Localiza-se nas dependências do Fórum Advogado Sobral Pinto, a exceção do atinente ao 4º. Juizado, que está instalado, provisoriamente, no segundo pavimento da antiga sede da Defensoria Pública da Capital.

Possui 04 (quatro) Defensores Públicos, cujas atuações compreendem, aproximadamente, 6,8% dos serviços da instituição.

Os atendimentos mais requisitados envolvem cobrança e indenização.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

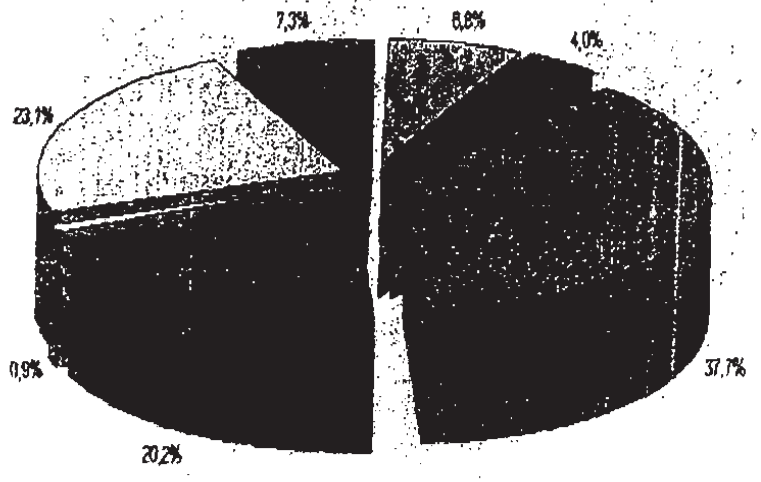
Corregedoria Geral

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Relatório das áreas de atuação do Núcleo da Capital e Interior -2006

ÁREA DE ATUAÇÃO	TOTAL GERAL
CÂMARA DE CONCILIAÇÃO	5.969
CÍVEL	56.250
CRIMINAL	30.131
DEFENSORIA COMUNITÁRIA	1.323
INTERIOR	34.505
JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	10.886
JUIZADO ESPECIAL	10.103
TOTAL GERAL	**149.167**

GRÁFICO DO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE ATUAÇÃO DO NÚCLEO DA CAPITAL E INTERIOR



FOLHA WEB

Clique aqui e descubra como mudar isso!

Rádio FOLHA

Quinta-feira, 17 de Maio de 2007 | Um jornal Necessário | Busca: ok

Edição Online
- Página Inicial
- Últimas Notícias
- Especiais

Edição Impressa
- Opinião
- Política
- Parabólica
- Cidades
- Social
- Variedades
- Polícia
- Esportes

Serviços
- Denúncias
- Fale conosco
- Expediente

.: | Últimas Notícias | :.

17-05-2007 - 08:00 TAMANHO DA FONTE a a a

Defensoria Pública completa sete anos de criação

Da Redação

DOCUMENTO A QUE SE

A Defensoria Pública do Estado (DPE) comemora sábado (19) seu 7º aniversário com a realização do II Ciclo de Palestras Alusivas ao Dia Nacional do Defensor Público. O evento acontecerá a partir das 8h30 no auditório do OAB-Roraima. Palestras e debates de temas jurídicos ~~e cidadania, de direitos~~ fazem parte da programação que marcará o lançamento da cartilha do Direito de ter Direito, do site oficial da DPE.

Para iniciar a comemoração, o defensor público geral, Thaumaturgo Nascimento, fará um relato sobre a atuação e situação da Defensoria. Em seguida, o juiz de Direito, Erick Linhares, autor do livro - A Constituição do Estado de Roraima comentada e anotada, faz a palestra \"A Constituição do Estado de Roraima\". Logo após, o juiz titular da 4ª Vara Criminal, Cristóvão Suter falará sobre \"A Defensoria Pública e tutela dos interesses do consumidor\".

A programação matutina será encerrada com a palestra \"O papel da Defensoria Pública na reforma do Judiciário\", que será abordada pelo ex-defensor público e recém empossado promotor de justiça, André Paulo.

À tarde, o evento prossegue a partir das 14h30 com o tema \"Aspectos Relevantes da Lei 11.441/07\", que será abordado pela promotora de justiça do Amazonas, Anabel Vitória de Souza. A Lei 11.441 alterou o Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa. A nova Lei permite que esses casos possam ser registrados em cartórios sem a necessidade de passar pela Justiça

Outro tema em destaque durante o Ciclo de Palestras será \"A Proteção da Mulher à luz da Lei Maria da Penha\", que será abordado pelo juiz Substituto, Parima Dias Veras.

O II Ciclo de Palestras será encerado às 17 horas com o pronunciamento do defensor público geral, Thaumaturgo Nascimento, em seguida será servido um coquetel.

Estrutura - A Defensoria Pública é composta de 38 defensores públicos, que atuam em todas as comarcas do Estado. Em Boa Vista, a Defensoria atende em sua Sede, localizada na Avenida Sebastião Diniz, 1165, Centro, no Fórum Sobral Pinto, por meio da Câmara de Conciliação e dos Núcleos dos Juizados Especiais, além do Núcleo da Infância e Juventude, no bairro São Francisco. A capital reúne 27 defensores, que respondem por cerca de 70% dos atendimentos da Instituição.

No interior, são 11 defensores e a Defensoria está presente em todas as Comarcas; Alto Alegre, Caracarai, Mucajai, Pacaraima, Rorainópolis e São Luiz do Anauá.

De acordo com o II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, divulgado no início de 2007 pelo Ministério da Justiça, a Defensoria do Estado está entre as seis do País que atende em todas as comarcas do seu Estado.

O Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 565, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 199, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Sessão Especial do Senado Federal no dia 24 de Agosto de 2007, destinada a homenagear o Presidente GETÚLIO VARGAS pelo transcurso do qüinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento.

Sala das Sessões, em de Abril de 2007

1 – EDITACIO CAFETEIRA – PTB
2 – MOZARILDO – PTB
3 – JOÃO VICENTE CLAUDINO – PTB
4 – [illegible] – PTB
5 – [illegible]
6 – [illegible]
7 – LEOMAR QUINTANILHA
8 – GERALDO MESQUITA JR.
9 – SIBÁ MACHADO
10 – EDISON LOBÃO
11 – [illegible]
12 – [illegible]
13 – [illegible]
14 – AUGUSTO BOTELHO
15 – ALMEIDA LIMA

Subscritores do Requerimento de Sessão em Homenagem ao Presidente GETÚLIO VARGAS. (continuação)

16 Wilson Matos

17

18

19 KÁTIA ABREU

20 MARCO MACIEL

21 JOSÉ MARANHÃO

22 José Nery Azerêdo — JOSÉ NERY

23 Eduardo Suplicy

24 EDUARDO AZEREDO

25

26 ELENA RIBEIRO

27 JOÃO PEDRO

28 VALDIR RAUPP

29

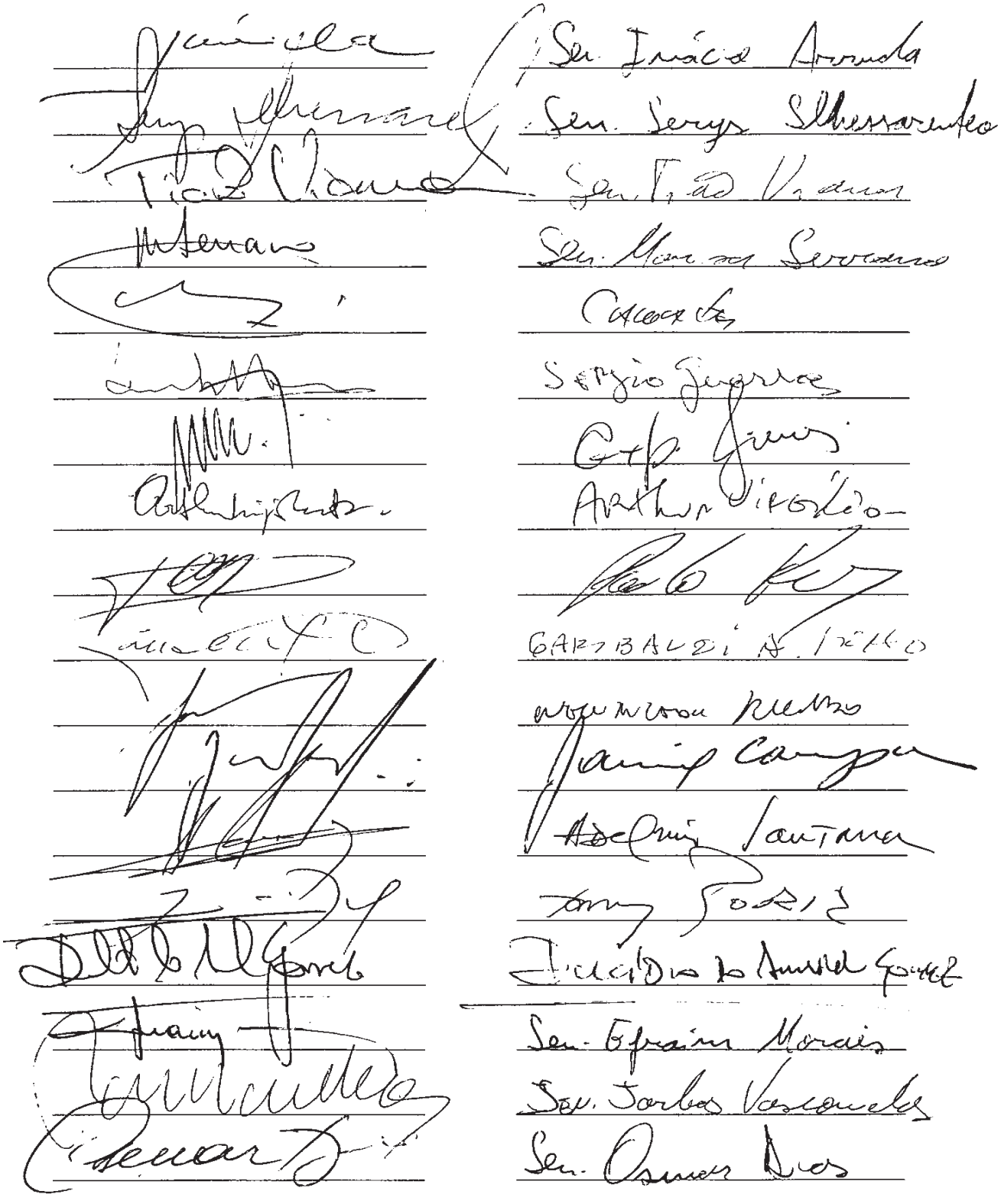
30 Ideli Salvatti

31

32

33

Subscritores do Requerimento de Sessão em Homenagem ao Presidente GETÚLIO VARGAS. (continuação)



O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

A matéria será apreciada oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil, ontem, despertou atônito com a deflagração de mais uma operação da Polícia Federal, intitulada "Operação Navalha".

A operação tem ramificações em vários Estados e, evidentemente, Senador Inácio Arruda, como é um processo que corre sob segredo de Justiça, pouco temos nós de informações concretas sobre os fatos.

Em primeiro lugar, seria leviandade o aprofundamento baseado apenas em especulações. A imprensa, por mais bem informada que seja, tem, também, acesso limitado a esses fatos, pelas circunstâncias do sigilo, daí por que não vou entrar em questões de outros estados e terei cautela relativa com relação ao que está sendo noticiado a respeito do Piauí. Mas por que a cautela? Pelo mesmo fato: os processos correm sob segredo de Justiça.

No entanto, existem dois fatos, Senador Inácio Arruda, que não podemos abrir mão de discutir e de lamentar profundamente.

A corrupção praticada atingia um programa destinado à pobreza, o Luz para Todos. Dentro do programa, foi montado o esquema denunciado, destinado a beneficiar os envolvidos.

Sr. Presidente, com esse programa, o Governador do Piauí prometia, em curto espaço de tempo, atingir a meta de 100% das residências rurais do Estado, mas o que vimos foi uma paralisia total e ficamos a nos interrogar o porquê de tudo isso. De um lado, o Governo do Estado anunciava milhões; por outro lado, as obras estavam completamente paradas.

Ontem, fui surpreendido por um fato curioso: uma empresa da Bahia instalou-se no Piauí, tirando do páreo as empresas locais, colocando-as em situação delicada e passando a comandar o processo de licitação no Estado. Pouco se sabia de sua existência, mas, ontem, trocando alguns telefonemas, soube que seus diretores freqüentavam restaurantes e diziam que estavam no Piauí recomendados e a mando de altas autoridades do Governo Federal. Quero crer, inclusive, pelas pessoas citadas e pela impressão que delas tenho, que, mais uma vez, trata-se de um chute, do uso de nome de autoridades para tirar proveito.

De qualquer maneira, esse fato é lamentável, porque tem sua origem no programa criado no Governo Fernando Henrique – o PT gosta tanto de falar disso –, cujo nome, na época, era Luz no Campo, e que tinha como objetivo atender à população carente, principalmente aquela de regiões pobres e da zona rural.

Senador Inácio Arruda, há algo grave nisto: a antecipação da máquina de corrupção ao programa do PAC.

Ele ainda não funciona, não foi lançado, entretanto, o que se ouve e o que se lê no noticiário é que esse grupo estava estruturado para montar um esquema que atuaria no PAC que, efetivamente, vai nascer.

Não podemos, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, assistir calados e pacíficos a fatos dessa natureza.

Outra coisa que me chama muito a atenção é, mais uma vez, o envolvimento de funcionários graduados da Caixa Econômica, órgão de tradição e que tantos serviços tem prestado ao País ao longo dos anos. Quero dizer, para ser justo, que tenho, inclusive, da sua Presidente uma boa impressão. Assumiu aquele banco oficial num momento de crise e, lá atrás, quando novamente funcionários foram envolvidos, tirou a Caixa Econômica do foco, dos *spotlights*, das notícias, dos escândalos. Constatamos, por meio da imprensa, que a sua atuação à frente daquele órgão já vinha e vem trazendo frutos e produzindo resultados. Lamento que ao seu lado – não posso nem dizer que nas suas barbas –, bem perto, agisse um esquema dessa natureza.

No Piauí, Senador Mozarildo Cavalcanti, é bom que se diga que as pessoas envolvidas, pelo menos até agora – e quero fazer isso por dever de justiça –, não são funcionários da Cepisa, uma empresa extraordinária e que vem passando por um processo de deterioração. Certa vez, eu disse aqui que eu temia que estivessem emagrecendo a Cepisa para vendê-la a preço de banana, ou da bacia das almas, como se diz aqui. Mas, no meio de toda essa crise, minha alegria é que não há nenhum funcionário da Cepisa envolvido diretamente nesses casos. Apareceu um senhor de nome Salan – eu nem sabia da sua existência –, mas que veio indicado, com militância em São Paulo e no Rio de Janeiro. Segundo informações da imprensa – não quero ser leviano, quero ter muita cautela –, um militante graduado do Partido dos Trabalhadores, que foi indicado para trabalhar no Piauí, como se não tivesse a Cepisa técnicos qualificados honrados, honestos e trabalhadores, para exercer essas funções.

Daí por que, Sr. Presidente, lamento todos esses fatos. Lamento, acima de tudo, que o batalhão precursor do PAC não seja esperança, mas indício de corrupção. Todo o Brasil esperava que tivéssemos notícias de mais recursos ou de que a Caixa Econômica Federal, com esse funcionário, tivesse conseguido quebrar a sua burocracia para facilitar o andamento do PAC. Mas, paciência... O que se vê e o que se ouve é exatamente que já se montava uma teia corrupta para tirar vantagens desse processo.

Aliás, Sr. Presidente, anteontem, eu apresentei na Comissão de Ciência e Tecnologia 32 emendas à proposta do Governo no que diz respeito à concorrência pública neste País. Tive o cuidado de fazê-las de maneira cautelosa, para evitar que os certames de concorrência pública sejam contaminados por práticas pouco salutares. Aliás, fui surpreendido pela informação, Senador Inácio Arruda, de que na Câmara já se aprova um projeto – que virá para o Senado, e quero chamar a atenção dos colegas senadores – que limita a prática do pregão eletrônico em R$300 mil. O pregão eletrônico tem-se mostrado eficiente. É como a urna eletrônica: fala-se que pode ser fraudada, mas não há nada de concreto. O pregão eletrônico tem trazido economia para municípios, para estados e para o Governo Federal. É muito perigosa essa limitação de R$300 mil. Evidentemente, as grandes concorrências não utilizarão o pregão eletrônico, até concordo, por suas peculiaridades, mas essa limitação em R$300 mil é inoportuna e não contribui para a transparência da aquisição, principalmente, de material por parte das administrações brasileiras.

Tomei conhecimento desse fato anteontem, antes de estourar todo esse mar de lama de denúncias, e, no mesmo momento, apresentei as 32 emendas na Comissão de Ciência e Tecnologia, exatamente para aperfeiçoar, dar clareza e igualdade de condições a todos que queiram participar de um certame de concorrência no País, evitando, por exemplo, uma prática muito comum: a cobertura. Abre-se um processo licitatório em que entram dez, doze empresas – que, de antemão, sabem que não terão a menor chance – e protegem-se duas ou três, que se combinam e, ao final, formam um consórcio. O que mais se vê hoje, no Brasil, Senador Inácio Arruda, é a formação de consórcios. Daí por que não há como ter controle sobre o Custo Brasil.

Espero, Senador Inácio Arruda, que esse fato lamentável tenha ocorrido no momento do *start*, no momento oportuno, exatamente quando estamos dando os primeiros passos concretos para a elaboração do nosso Orçamento.

E que os membros daquela comissão tenham todo o cuidado, toda a cautela no procedimento da elaboração dessa lei da maior importância para o País.

Lamento, repito, que esse fato ocorra e que seja com o batalhão precursor daquilo que é o carro-chefe do Governo Federal, o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. E fica a pergunta: Por que antes a corrupção?

É lamentável, Senador Arruda; é lamentável, senhoras e senhores, o envolvimento de pessoas como governadores e ex-governadores, figuras ligadas a ministros... Enfim, como eu disse no início, esse processo corre sob segredo de Justiça, e quero ter cautela porque não desejo colaborar para que se cometa injustiça contra "a", "b" ou "c". Algumas dessas prisões podem ter sido praticadas de maneira injusta; em toda operação dessa natureza existem os excessos. Mas fatos que aí estão, trazidos a público pela Operação Navalha, eram do conhecimento de muitos, na "rádio-calçada", no "Senadinho" lá de Teresina. Ao "Senadinho", Senador Arruda, quando V. Exª for a Teresina está convidado a ir. É um cafezinho de um *shopping center*, onde a fala é livre e a fonte de informação é preservada. Ninguém revela a fonte; diz-se apenas "dizem quê", "ouvi falarem" e daí por diante. Em Fortaleza, antigamente, esse ponto era a Praça do Ferreira, não sei se continua sendo. V. Exª deve ter, em Roraima, o seu local; é exatamente como o Muro das Lamentações, a famosa tribuna inglesa, onde todos dizem, de maneira livre, o que pensam, onde a fofoca é livre e ninguém é condenado.

Esses fatos já corriam soltos, e é lamentável que providências não sejam tomadas.

As autoridades, agora, vão dizer: nunca vi diretor fulano, não conheço sicrano, beltrano. Mas é preciso, Sr. Presidente, que esses fatos sejam apurados, e digo isso de maneira lamentável porque esses fatos, infelizmente, vão atrasar o PAC. Antes do PAC, já existe a corrupção. É uma coisa incrível! Enquanto o Governo cria uma estrutura de funcionamento, ouve-se a ministra se queixar de gargalos, ouve-se outro ministro dizer que é preciso acabar com a burocracia... Funcionários do próprio Governo montavam estruturas para burlar o princípio de moralidade que rege qualquer concorrência.

Faço este registro e espero, se preciso for, voltar a usar esta tribuna, não no sentido de exploração política por esses fatos. Porque esses fatos são lamentáveis, mas devem servir para que haja um aperfeiçoamento e para que o Brasil não tenha sua máquina emperrada pela contaminação de pessoas inescrupulosas, que se utilizam do acesso que possuem para o desvio de conduta na atividade pública.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras e o registro que desejava fazer nesta sexta-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Anuncio agora a palavra do Senador Inácio Arruda, do Estado do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de fato, o País é surpreendido por mais uma operação da Polícia Federal. Eu digo surpreendido, mas no sentido positivo. Isso porque, quando as instituições funcionam de forma mais ajustada, em um regime democrático, é possível desenvolver um processo investigativo permanente sobre a aplicação dos recursos públicos, como eles são desviados e que mecanismos são utilizados a fim de fazer com que esses recursos – que têm de chegar

lá na ponta, gerando obras que beneficiem a maioria esmagadora da população – sejam desviados.

A Polícia Federal agiu de forma muito ajustada, correta, bem como o Ministério Público e o Poder Judiciário. É assim que se deve agir. Os responsáveis, os envolvidos na malha, devem ser punidos, e os que não têm responsabilidades, evidentemente, serão inocentadas, por um processo que se desenvolve de forma correta. É assim que deve agir a Polícia Federal, que trabalhou, podemos dizer, "nos bastidores", para acompanhar a aplicação do dinheiro público, dinheiro do Orçamento da União, dinheiro para o povo brasileiro. Por essa razão, temos de dar os parabéns à Polícia Federal de nosso País, que agiu de forma muito correta.

Há um outro assunto que quero tratar. E, sobre ele, conversávamos eu e o Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito de onde está o problema e de como vamos resolvê-lo. Não se trata de uma tarefa fácil, pois são seguidas as operações da Polícia Federal nesse sentido. É iniciado um programa do Governo, faz-se o investimento, o Governo vem-se esforçando... Quer dizer, mexeu-se em uma das pilastras centrais da macroeconomia brasileira: o superávit primário. E essa macroeconomia é uma coisa de deuses, ninguém pode tocá-la, nem o Presidente da República. É a questão da independência do Banco Central. O próprio Presidente da República diz que vai pedir ao presidente Meirelles para baixar os juros; quer dizer, ele virou um deus. É preciso pedir licença a ele: "Por favor, o senhor poderia diminuir um pouquinho os juros?". Esse negócio de superávit primário, juros, câmbio etc., é com os deuses da macroeconomia, que não podem ser tocados.

O Presidente Lula resolveu tocar nisso no PLN nº 1, mexendo em uma peça da macroeconomia. Para quê? Para ter recursos para investir, recursos para o crescimento, para o desenvolvimento. E, quando se fala em crescimento e desenvolvimento, já se formam as quadrilhas no meio-de-campo da estrutura de poder do País. Onde elas estão? É nesse ponto que temos de tocar.

E essa deve ser uma responsabilidade conjunta, pois é quase impossível que só o aparelho policial resolva o problema. Ele não resolve, porque age quando as coisas já estão acontecendo. Portanto, não tem como resolver o problema sozinho. O próprio Ministério Público também não tem como resolver, nem também o Poder Judiciário. Tem de ser uma ação coletiva da sociedade como um todo, o que envolve o Poder Legislativo. Os Senadores terão de participar. Não pode ser a causa de um Senador, que começará a fazer bravata no Senado Federal, ou de um Deputado, nem de dois ou três. Deve ser um entendimento de Senadores e Deputados de que vamos peitar o meio-de-campo que está viciado dentro de muitos Ministérios da República, de muitos órgãos públicos do País. Ou resolvemos fazer assim ou vamos assistir a novas operações. Repito: é preciso que haja uma ação coletiva, de toda a sociedade brasileira – e nós somos representantes dela. Na Câmara, a representação é do povo; no Senado, uma representação também popular, mas é da Federação. Portanto, temos grande responsabilidade com o que está acontecendo no País.

Mas, gostaria de associar a este debate uma outra preocupação minha e de muitos nordestinos, Senador Heráclito Fortes, Senador Gilvam Borges, Senador Mozarildo Cavalcanti. Somos do Norte e temos instrumentos fortes para o nosso desenvolvimento, se bem utilizados.

Lembro-me bem, ao estudar e ler História – e não assisti-la, vê-la diretamente acontecendo –, do que foi a saga de construção da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), a disposição, a vontade de um grupo de homens e mulheres determinados – uns, economistas; outros, advogados, agrônomos, engenheiros –, que examinaram a realidade de pobreza do Nordeste brasileiro e disseram: "Vamos tocar um projeto de desenvolvimento para a Região Norte brasileira". E começaram a trabalhar a construção da Sudene, ainda no Governo de Juscelino Kubitschek, que, ao começar a compreender, ao examinar o flagelo das secas, aquele desespero dos flagelados, dos retirantes, correndo para Brasília – era a época da construção de Brasília – ou para o sul do País ou para a região mais ao norte, em direção ao oeste, essa corrida dos flagelados para os seringais, para a floresta, atrás de água e de alimento, deparou-se com esses economistas, dentre eles, Celso Furtado, que lhe explicou, então, o que era o Nordeste. E o fez de forma cristalina, não como alguém que tem de dizer ao Presidente o que o Presidente quer ouvir, mas sim o que ele não queria ouvir: que o Governo dele não fazia nada, que era incompetente em relação ao Nordeste e que não sabia nada sobre o Nordeste.

Foi isso o que o Celso Furtado disse ao Presidente da República, que ficou de cara mexendo na sua frente, e pensando: "Quem é esse atrevido que não apareceu antes para me dizer essas verdades? Porque, se ele tivesse aparecido antes, eu já teria feito alguma coisa pelo Nordeste, tomado alguma atitude. Agora que esse cara apareceu, e já estou quase no fim do Governo". E apareceu para a sorte do Governo dele e do Nordeste.

Juscelino, então, chama Celso Furtado e começa a construção da Sudene. Celso Furtado atravessou três Governos, ou melhor, podemos dizer quatro, pois a Sudene começa com Juscelino e enfrenta governadores e a elite política do Nordeste, que se opõe à construção de um instrumento que pense coletivamente, que pense no desenvolvimento em conjunto daquela região, do Maranhão à Bahia, e até o norte de Minas Gerais, o chamado Polígono das Secas. Toda essa região é pensada de forma mais estratégica, como utili-

zar as águas do rio São Francisco, como utilizar o rio Parnaíba, dentro do projeto de construção da Sudene. As elites políticas se opuseram, foram contra, inclusive as do meu Estado do Ceará, as de quase todos os outros estados se opuseram à construção da Sudene e tiveram de ser convencidas com argumentos muitos sólidos, para perceberem que era necessário aquele instrumento para o desenvolvimento da nossa Região, que era fundamental para o Nordeste brasileiro um instrumento que pensasse de forma muito estratégica.

E o Governo de Juscelino, então, constrói a Sudene, que passa também pelo Governo do Jânio, curto. Mas Jânio reconhece a importância da Superintendência e do seu dirigente. Celso Furtado pensou: "Agora, no Governo de Jânio, estou fora. É um Governo mais conservador, de direita, então, não vou ficar aqui, não tenho como ficar". Mas Jânio chamou Celso Furtado e disse: "Não, você vai continuar aí. Agora é que você vai ganhar importância, terá *status* de Ministro, vai acompanhar as Regiões do Ministério; não será apenas Superintendente: será Superintendente com *status* de Ministro". Então, Celso Furtado ficou, com *status* de Ministro, no Governo de Jânio.

Depois, cai Jânio, vem o parlamentarismo, o Governo de Tancredo, o primeiro-ministro de Goulart: mantém-se Celso Furtado na Sudene. Volta o sistema presidencialista, aí mais diretamente com Goulart: mantém-se o Superintendente da Sudene, Celso Furtado, que vai até 1964, quando definitivamente se retira, porque não tem mais condições políticas. Seus direitos políticos são cassados, e ele tem de retirar-se, exilar-se na Argentina e depois no Chile; fica fora do País durante um período muito longo.

Mas, nesse período curto, Senador Mozarildo Cavalcanti, de 1959 até 1964, o que a Sudene fez, num plano mais estratégico, no seu Primeiro Plano Diretor e no início do seu Segundo Plano Diretor, foi algo assim extraordinário. Em um curto período de tempo, muito curto, mostrou o papel destacado de um instrumento que planeja. Havia a Sudene e o Banco do Nordeste, que eram instrumentos de ação muito fortes na Região.

Por isso, venho hoje à tribuna do Senado com um sentido. Existe a lei que recriou a Sudene e que nos foi enviada pelo Presidente Lula. Nós trabalhamos e fizemos um esforço na Câmara – ainda me encontrava naquela Casa como Deputado Federal – e no Senado para que a lei fosse aprovada. Depois, ela foi à sanção presidencial e recebeu alguns vetos.

É importante que agora haja um entendimento entre o Congresso Nacional – entre os senadores e os deputados – e o Governo, especialmente com a Casa Civil e com o próprio Presidente da República, diretamente com Lula. Talvez, tenha de sair daqui um grupo de 10 ou 15 senadores, para, juntamente com um grupo de Deputados, com a mesma quantidade, fazermos uma reunião com o Presidente Lula, para discutirmos o assunto. Hoje, há dois grandes instrumentos, a Sudene e a Sudam, que foram reconstruídas no governo de Lula. Teríamos de discutir com o Presidente da República, pois alguns vetos deixam mutiladas essas duas instituições – a Sudene e a Sudam –, por incompreensões tanto no âmbito federal como no dos estados, porque, via de regra, os governos estaduais não conseguem entender o papel destacado de um instrumento de desenvolvimento regional – como o fizeram lá atrás, com Celso Furtado, quando resistiram, porque queriam o poder todo em suas mãos.

Cada um no seu canto: a Bahia, com a Bahia; Pernambuco, com Pernambuco; Ceará, com Ceará; Piauí, com Piauí; Rio Grande do Norte, com Rio Grande do Norte; Paraíba, com Paraíba; Sergipe, com Sergipe; Alagoas, com Alagoas; aquele pedaço mineiro, lá com os mineiros; Maranhão, com Maranhão. Ninguém queria compreender a necessidade de uma ação integrada para a Região.

Vejam, Senadores Gilvam Borges e Heráclito Fortes: um projeto do rio São Francisco com o Nordeste Setentrional. Ora, essa é uma obra de integração conjunta. Não há como não haver um entendimento entre os estados – aí entra o papel destacado de uma superintendência de desenvolvimento regional. Uma obra como a Transnordestina é de integração de toda a região; é um projeto de integração de toda a região.

A produção da área da cajucultura é do Piauí, do Ceará e do Rio Grande do Norte. Trata-se de um programa de melhoramento genético da produção, de aumento da produtividade. Não é mais um programa do Ceará; não é mais um programa do Piauí; não é mais um programa do Rio Grande do Norte. Trata-se de um programa integrado, que diz respeito à produção primária e, depois, ao beneficiamento de uma cultura importantíssima para toda a Região Nordeste.

Se pensarmos no aproveitamento de uma riqueza espetacular de energia, que é a energia eólica da nossa região, também é um programa integrado para a região Nordeste.

Por isso, gostaria de ver uma visita nossa, dos Senadores e Deputados Federais do Nordeste e do Norte, ao Presidente Lula, para discutirmos com o Presidente da República a questão dos vetos à Sudene e à Sudam. Se mantidos os vetos como estão, essas duas instituições não têm como desempenhar o papel estratégico para as regiões Nordeste e Norte.

Esse é o nosso apelo veemente, para que discutamos com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua Excelência sabe da importância da Sudene e da Sudam, tem compreensão do tema; se não o tivesse, não teria mandado uma mensagem, para que essas duas instituições fossem reconstituídas em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência cumprimenta os alunos do Sesc/Taguatinga, que estão visitando a nossa Casa e, neste momento, assistindo a nossa sessão. Um abraço a todos.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Os Srs. Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra, Marconi Perillo, Mário Couto, Flexa Ribeiro e João Pedro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o §2º, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado "Cabresto nas agências", publicado pelo jornal ***O Estado de S.Paulo***, em sua edição de 26 de março de 2007.

No editorial o jornal paulista critica a falta de um marco regulatório e a partidarização das agências reguladoras. Sem um sistema regulatório claro, racional e imune às oscilações do jogo político, o País não consegue atrair investimentos para modernizar estradas, portos, comunicações e o sistema de energia.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido editorial passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Estado de S. Paulo SEGUNDA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2007 O ESTADO DE S. PAULO | NOTAS E INFORMAÇÕES | A3

Conselho de Administração:
PRESIDENTE
Roberto C. Mesquita
MEMBROS
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Maria Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita

Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br
Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

Cabresto nas agências

O Brasil precisa do capital privado para ampliar e modernizar estradas, portos, comunicações e o sistema de energia, mas o governo se nega a criar a segurança necessária para a atração de investidores. Um sistema regulatório claro, racional e imune às oscilações do jogo político seria parte dessas condições. O governo, porém, prefere os velhos padrões, marcados pelo voluntarismo e pela intervenção partidária em todos os setores da administração. Por isso, insiste em politizar as agências reguladoras, procurando sujeitá-las inteiramente ao controle do presidente e dos ministros da vez. O Decreto nº 6.062, publicado na terça-feira, é mais um passo nessa direção. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, já no comando de fato dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, ganha o poder de intervir oficialmente na regulação dos setores de infra-estrutura.

O decreto estabelece o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – um nome enrolado para um novo mecanismo de interferência na atividade reguladora. Os objetivos oficiais são expostos numa linguagem rebarbativa: o programa deve servir para "a melhoria do sistema regulatório, da coordenação entre as instituições que participam do processo regulatório exercido no âmbito do governo federal, dos mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil e da qualidade da regulação dos mercados".

O programa será comandado por um comitê gestor, coordenado pela ministra-chefe da Casa Civil e integrado também pelos ministros da Fazenda e do Planejamento. Um de seus objetivos será "fortalecer a capacidade de formulação e análise de políticas públicas em setores regulados". Isso deve incluir, presumivelmente, a formulação de planos para infra-estrutura e energia. Mas o texto menciona também a "melhoria da coordenação e do alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório". O decreto mistura duas atividades que seria preciso manter separadas: a formulação de objetivos, tarefa própria das instâncias políticas, e os trabalhos de regulação e supervisão, típicos das agências, entendidas como órgãos de Estado, não de governo. A expressão "fortalecimento da autonomia", nesse contexto, só pode ser retórica. O governo, disse ao **Estado** na quarta-feira o ministro do Planejamento, está preocupado com a proposta de emenda constitucional, aprovada em primeira votação no Senado, que define as condições de autonomia funcional das agências.

A politização das agências fica ainda mais clara com a inclusão, entre os objetivos do programa, do "desenvolvimento e aperfeiçoamento de mecanismos para o exercício do controle social e transparência no âmbito do processo regulatório". Em nenhuma passagem o leitor do decreto é informado a respeito do que possa significar, em termos práticos, o "controle social do processo regulatório", mencionado no artigo 2º. No artigo 1º, a expressão usada foi "monitoramento por parte da sociedade civil", mas também nessa passagem nenhuma explicação foi acrescentada. Como a "sociedade civil" poderá exercer esse acompanhamento é um mistério.

O assunto de que menos se trata nesse decreto é a efetiva autonomia operacional das agências, uma idéia que o governo combateu desde os primeiros dias da gestão petista, há pouco mais de quatro anos. Concebidas na última década para funcionar como órgãos técnicos, com diretores protegidos por mandatos e imunes a injunções do jogo político do dia-a-dia, as agências foram quase desmontadas durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Suas verbas foram congeladas e faltou-lhes dinheiro para trabalhar. No ano passado, várias agências ficaram, durante meses, sem diretores em número suficiente para deliberação. As escaramuças entre seus dirigentes e os ministros da área da infra-estrutura tornaram-se rotineiras e alimentaram o noticiário dos jornais.

Se o governo quisesse realmente fortalecer o sistema regulatório, inverteria o rumo de sua política e trataria, de forma definitiva, de uma regulamentação que proporcionasse às agências reguladoras condições para atuar com segurança e autonomia. O Decreto nº 6.062 aponta para algo muito diferente desse objetivo.

O SR. SERGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Governo do Pará tem 60 dias para demitir parentes", publicada no jornal ***O Estado de S.Paulo,*** em sua edição de 08 de abril de 2007.

A matéria destaca que o coordenador da Promotoria de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público do Pará, Jorge Rocha, notificou na quinta-feira a Governadora do Pará, Ana Julia Carepa (PT), o Prefeito de Belém, Duciomar Costa (PTB), todos os 143 prefeitos do Estado, além de dirigentes de Câmaras Municipais e da Assembléia Legislativa, para que demitam, no prazo máximo de 60 dias, parentes contratados sem concurso para trabalhar no serviço público.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo do Pará tem 60 dias para demitir parentes

Ultimato do Ministério Público atinge contratados sem concurso e também vale para prefeituras e Legislativo

Carlos Mendes
ESPECIAL PARA O ESTADO
BELÉM

O coordenador da Promotoria de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público do Pará, Jorge Rocha, notificou na quinta-feira a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), o prefeito de Belém, Duciomar Costa (PTB), todos os 143 prefeitos do Estado, além de dirigentes de Câmaras Municipais e da Assembléia Legislativa para que demitam, no prazo máximo de 60 dias, parentes contratados sem concurso para trabalhar no serviço público. A ação contra o nepotismo será intensificada porque a primeira notificação, feita no final do ano passado, não foi cumprida.

De acordo com Rocha, o Grupo Nacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público, do Ministério Público, está cobrando de todas as promotorias do País o cumprimento da orientação contrária à permanência de parentes de autoridades em cargos públicos. "Havia outros dirigentes no governo estadual, na Câmara de Belém e na Assembléia Legislativa quando mandamos a primeira notificação e agora ela foi renovada", diz ele. "Esperamos que os novos mandatários cumpram-na."

No ofício encaminhado à governadora do Pará, o promotor pede providências para que a orientação do Ministério Público seja colocada em prática e faz uma apelo – ao "espírito democrático que sempre norteou a conduta de vossa excelência".

Além de irmãos e outros integrantes da família de Ana Júlia que estão empregados no governo, há parentes de secretários e de dirigentes do primeiro escalão.

A governadora alega não haver nepotismo e diz que, no seu governo, "a competência profissional está acima das relações pessoais".

O presidente da Assembléia Legislativa, Domingos Juvenil (PMDB), mal assumiu o cargo e nomeou como subprocurador o próprio filho, Osório Juvenil, além de vários parentes.

O prefeito Duciomar Costa também está na mira dos promotores por ter colocado a mulher, dois irmãos e outros familiares na Prefeitura de Belém. Como os outros notificados, ele entregou o ofício para análise da procuradoria jurídica.

O caso que mais chama a atenção, porém, é o do prefeito Iran Lima (PMDB), do município de Moju, a 110 quilômetros da capital paraense. Além de ter nomeado a mulher, Mara Lima, como secretária de Assistência Social, o peemedebista ainda contratou, em 2004, dez parentes, entre filhos, irmãos, primos e sobrinhos.

Lima sempre ignorou as notificações do Ministério Público para apresentar a lista dos parentes ou demitilos, conforme havia sido determinado. A promotoria de Moju informou que o prefeito poderá ser denunciado por improbidade administrativa caso continue a sonegar as informações.

Para Rocha, o vínculo familiar entre agentes públicos e ocupantes de cargos comissionados é incompatível com as normas éticas. Ele defende: "O nepotismo precisa ser banido do serviço público brasileiro." •

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada "Pressionado por militares, Lula cancela acordo com controladores", publicada pelo Jornal ***O Estado de S.Paulo***, em sua edição de 04 de abril de 2007.

A matéria destaca que o Presidente Lula recuou do acordo feito pelo Governo e endureceu com os controladores de vôo depois de ter sido pressionado pelos comandantes militares.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A4 | QUARTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2007 O ESTADO DE S.PAULO

NACIONAL

Ministro do Trabalho rejeita mudanças na CLT
Carlos Lupi afirma que não aceita a redução dos direitos dos trabalhadores PÁG. A10

Pressionado por militares, Lula cancela acordo com controladores

- Governo também **recua de proposta de desmilitarizar já** o controle aéreo, que só avança se mantida 'normalidade'
- Posse de militar no Estado-Maior da Aeronáutica **vira ato de desagravo ao comandante** Juniti Saito
- Oposição **se reúne com presidente interino do Supremo** e pede agilidade no julgamento da CPI do Apagão Aéreo

O presidente Lula recuou do acordo feito pelo governo e endureceu com os controladores de vôo depois de ter sido pressionado pelos comandantes militares. Apesar de ter prometido abrir negociação salarial com os controladores e rever eventuais punições, o presidente não teve como resistir ao pedido dos chefes militares pelo restabelecimento imediata da disciplina e da hierarquia, após a paralisação de sexta. Ontem, o governo recuou também da proposta de desmilitarizar já o controle aéreo.

Sinal da união das Forças Armadas no episódio foi o fato de uma posse no Estado-Maior da Aeronáutica ter virado ato de desagravo ao brigadeiro Juniti Saito. Depois de defender "princípios basilares da hierarquia e disciplina", o comandante da Aeronáutica recebeu um aplauso longo, que o deixou emocionado. Em seguida, foi efusivamente cumprimentado pelos militares presentes, sob o olhar impressionado do ministro Waldir Pires.

O ministro Paulo Bernardo – que na sexta-feira se comprometeu com a não-punição dos controladores que suspenderam suas atividades – ontem se reuniu com representantes do setor. Saiu convencido de que não haverá paralisação na Páscoa e sinalizou que, mantida a normalidade, o governo voltará a fazer a desmilitarização avançar. O Planalto conta que, em caso de emergência, poderá remanejar controladores ligados a operações militares – mas a medida demanda treinamento de um mês.

Parlamentares da oposição ontem se reuniram com Gilmar Mendes, presidente interino do Supremo Tribunal Federal, para pedir agilidade no julgamento do recurso pela CPI do Apagão Aéreo. •

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Investimento sobe menos que outros gastos", publicada no jornal ***Folha de S.Paulo***, de 28 de abril de 2007.

A matéria destaca que o ritmo de liberação de recursos para investimentos do Governo federal cresce tão lentamente neste começo de ano que até o Secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, reconhece que o número é "pequeno".

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

dinheiro

FOLHA DE S.PAULO
SÁBADO, 28 DE ABRIL DE 2007 ★ B1

Tel.: 0/xx/11/3224-3373 Fax: 0/xx/11/3224-2287
E-mail: dinheiro@uol.com.br
Serviço de atendimento ao assinante: 0800-775-8080
Grande São Paulo 0/xx/11/3224-3090
Ombudsman: ombudsman@uol.com.br

Bovespa	+0,33%
Dólar livre	R$ 2,0[illegible]3,047
Dólar paralelo	R$ 2,05/2,05
Dólar turismo	R$ 1,96/2,12
Poupança (hoje)	0,5[illegible]2%
Euro em Londres	1,3563 dólar

Pág. B11

Investimento sobe menos que outros gastos

Apesar de promessas do PAC, recursos crescem 7,1% no 1º tri, contra 10,7% nos gastos com pessoal e 9,8% com custeio

Secretário do Tesouro admite número 'pequeno' e prevê aceleração; superávit primário cresce 29% em relação a 1º tri de 2006

NEY HAYASHI DA CRUZ
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ritmo da liberação de recursos para investimentos do governo federal cresce tão lentamente neste começo de ano que até o secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, reconhece que o número é "pequeno". Ele diz ainda que "queria ter gasto mais dinheiro" nos últimos meses, mas que isso não foi possível devido à demora na execução de algumas obras.

Entre janeiro e março deste ano, os recursos liberados para investimentos do governo somaram R$ 2,330 bilhões, segundo o Tesouro. O valor é 7,1% maior do que o apurado no mesmo período de 2006.

Entre as principais despesas do Tesouro, os investimentos foram os que menos cresceram — os gastos com pessoal aumentaram 10,7%; os com custeio e capital, que incluem despesas com manutenção da máquina pública, subiram 9,8%.

"Olha só, é o secretário do Tesouro dizendo: eu queria que a gente já tivesse gasto mais dinheiro com investimento", disse Godoy, ressaltando o fato de o apelo vir do membro da equipe econômica preocupado em conter os gastos do governo.

Se considerados os recursos liberados por meio do chamado PPI (Projeto Piloto de Investimentos), que inclui os investimentos prioritários do governo, a execução é ainda mais baixa: entre janeiro e março, receberam R$ 505 milhões de R$ 11,3 bilhões previstos para o ano todo no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Godoy atribuiu o baixo valor investido à demora na execução das obras, e não à falta de dinheiro. "Disponibilidade de recursos existe.". Ele evitou citar os projetos atrasados e os motivos da demora. Disse só que "fazer [as obras] tem uma dificuldade intrínseca".

Para Godoy, esses números devem crescer mais rapidamente nos próximos meses, pois haveria uma demora natural entre o anúncio do PAC, em janeiro, e o início efetivo de algumas obras. "O investimento ainda é pequeno, mas isso não significa que não teremos uma dinâmica diferente."

O baixo volume de recursos liberados para investimentos acabou colaborando para o aumento do aperto fiscal promovido pelo governo no primeiro trimestre. Foi acumulado um superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida) de R$ 19,190 bilhões, 29% a mais do que no mesmo período de 2006.

Se descontadas as transferências da União para Estados e municípios, os gastos totais do governo federal cresceram 11,7% neste começo de ano —logo, os investimentos aumentaram menos que a média.

As receitas do governo, impulsionadas pela arrecadação tributária, cresceram 13,8%. A principal causa desse aumento foi o pagamento recebido de empresas em débito com o fisco, disse o Tesouro.

Além disso, os dividendos repassados por empresas estatais cresceram 50% no período, somando R$ 2,1 bilhões.

O governo tem como meta acumular um superávit primário de R$ 26,6 bilhões até abril. Para isso, precisa economizar R$ 7,4 bilhões neste mês.

AS CONTAS DO GOVERNO CENTRAL

Aperto fiscal do governo chega a R$ 19,2 bilhões no primeiro trimestre

Em R$ milhões	1º trimestre de 2006	1º trimestre de 2007
ARRECADAÇÃO TOTAL	125.588	142.939
Tesouro Nacional	98.519	112.164
INSS	26.716	30.448
Banco Central	353	327
DESPESAS TOTAIS	110.733	123.749
Transferências a Estados e municípios	22.071	24.675
Tesouro	51.705	57.006
Pessoal	26.028	28.821
Custeio e capital	25.552	28.052
Investimentos	2.174	2.330
INSS	36.614	41.631
Banco Central	343	437
SUPERÁVIT PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL	14.856	19.190

Fonte: Tesouro Nacional

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada "O Primeiro Compadre", publicada pela revista ***ISTOÉ,*** de 18 de abril do corrente.

A matéria destaca que a oposição, agora, centra fogo contra o advogado Roberto Teixeira, compadre do Presidente Lula e suspeito de tráfico de influência e de estar envolvido em *lobby* para compra de equipamentos à Aeronáutica até os negócios relacionados ao setor aéreo.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O PRIMEIRO COMPADRE

Por RODRIGO RANGEL

Está no dicionário. Além de padrinho do filho (ou pai do afilhado), compadre significa amigo, companheiro. Qualquer que seja a definição, ela serve para designar a relação do advogado Roberto Teixeira com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Companheiros – diga-se – eles são, com direito a carteirinha e tudo: Teixeira é filiado ao PT desde os primórdios do partido fundado por Lula. A relação de amizade é ainda maior. Os dois se conheceram no começo dos anos 1980 em São Bernardo do Campo. A partir dali, o advogado e o sindicalista viraram quase-irmãos. Teixeira convidou Lula para ser padrinho de sua filha, Valeska. Tornou-se padrinho de Luís Cláudio, o filho mais novo de Lula e da primeira-dama, Marisa Letícia. Quando Lula decidiu incorporar o apelido ao nome, foi Teixeira que cuidou de todos os trâmites legais para a mudança. Depois estendeu o trabalho para a família do futuro presidente. Com a ascensão do amigo ao Planalto, o advogado paulista, de 63 anos, sagrou-se primeiro-compadre da República. Posto que acaba de lhe render outro título, o de alvo número 1 dos adversários do Planalto. **É para ele que está mirada agora a artilharia da oposição, que terminou a semana com a certeza de que conseguirá finalmente abrir uma CPI no Congresso para investigar a megacrise aérea** e tudo o mais que com ela possa guardar alguma relação.

E o que tem Roberto Teixeira a ver com o caos aéreo? Há mais de 15 anos, o advogado é uma espécie de pau para toda obra no setor de aviação civil. Começou defendendo a Transbrasil nos tribunais. A empresa foi à bancarrota e ele passou a defender os interesses de outras companhias. Sua

O que leva o advogado a ser o alvo preferencial de aliados e de opositores do governo? Agora, ele será chamado para se explicar numa CPI

capacidade de resolver problemas foi amplificada quando Lula virou presidente. Quase sempre, discretamente. Quase. Na quarta-feira 28 de março, veio o escorregão. **Os empresários Nenê Constantino e Constantino de Oliveira Júnior, controladores da Gol, foram ao Planalto comunicar a Lula que tinham acabado de comprar a Varig. Teixeira foi junto.** Foi fotografado e imediatamente entrou na mira da oposição. Teixeira foi o responsável pela arquitetura jurídica do negócio, festejado pelo governo federal e prontamente aprovado pela Anac. Isso, somado a uma declaração do patriarca da Gol, Nenê Constantino, atiçou as suspeitas da oposição. "Há seis meses, o presidente Lula me pediu que entrasse nas negociações para salvar a Varig", declarou o empresário. Junte-se o pedido pessoal de Lula a Constantino à presença do compadre do presidente na reunião e, na visão da oposição, eis aí os elementos para tornar o caso no mínimo intrigante. Para Teixeira, não há motivo para

ROBERTO TEIXEIRA CHEGOU A EMPRESTAR PARA LULA UMA CASA EM SÃO BERNARDO

tanta surpresa. "Fui ao encontro como o advogado que estruturou o negócio jurídico e que tinha condições de dar explicações, se fosse necessário", argumenta. "E também porque é prazeroso estar entre amigos, como é o presidente. Não tenho por que me arrepender, pois minha presença foi profissional." (*leia sua entrevista no quadro abaixo*).

A indagação, porém, tornou-se inevitável: teria Roberto Teixeira usado de sua influência dentro do governo e preparado terreno para a concretização do negócio? A oposição acha que sim. "Foi tudo muito rápido", afirma o líder do DEM (ex-PFL) no Senado, José Agripino Maia (RN). A desconfiança vem acompanhada de outros elementos. Teixeira, desde o princípio, trabalhou na solução da espinhosa crise da Varig. Primeiro assessorou o grupo que comprou a VarigLog, subsidiária da Varig. Depois, participou da operação para arrematar o restante da companhia por US$ 24 milhões. Agora, passados menos de nove meses, auxiliou na venda da empresa para a Gol por US$ 320 milhões. O governo apoiou todas as etapas do negócio. Durante o processo, o Sindicato Nacional das Empresas Aéreas chegou a acusar a Anac de agir em favor do grupo – e lançou suspeitas diretas sobre a atuação de Teixeira. "A Anac se submeteu à pressão do Palácio do Planalto, e o mais estranho é que todas as pressões começaram depois que o Roberto Teixeira assumiu a defesa [do grupo]", chegou a dizer o diretor de relações governamentais do sindicato, Anchieta Hélcias. "É preciso in-

"Irei alegremente à CPI"

Por JOAQUIM CASTANHEIRA

O advogado Roberto Teixeira falou a ISTOÉ na semana passada. A seguir trechos da entrevista.

ISTOÉ – A ligação com o presidente Lula tem a ver com sua eventual convocação para uma CPI da crise aérea?

Roberto Teixeira – Isso periodicamente ocorre. Minha amizade com o presidente tem sido uma forma de criar constrangimento para o presidente ou para mim. Pode ser essa a razão para a convocação, sim. Essa convocação deveria ser chamada de provocação. A atuação foi sempre no estrito cumprimento do trabalho como advogado. Minha militância na área de direito aeronáutico se estende por 16 a 17 anos, antes mesmo da primeira candidatura de Lula à Presidência. Eu irei alegremente à CPI, pois só falarei sobre aquilo que faço há muitos anos, o exercício da advocacia.

ISTOÉ – Sua amizade com o presidente Lula incomoda muita gente?

Teixeira – Com certeza. Não entendo o que ocorre. Um negócio como a venda da Varig para a Gol é fechado e elogiado por todas as partes, mesmo aquelas não envolvidas diretamente. Mas apontam para mim como se fosse algo escuso. Meu escritório atuou exclusivamente no âmbito legal e jurídico.

ISTOÉ – Como foi o desenvolvimento desse negócio?

Teixeira – Nosso escritório representa há um bom tempo a VarigLog junto ao juiz da recuperação judicial da Varig. Em dado momento, nosso cliente entra em nosso escritório e diz, sob sigilo: "Nós temos negociações com a Gol, objetivando a venda do controle acionário da Varig. Em que condições poderíamos fazer isso?" Só então nós, os quatro sócios do escritório Teixeira Martins Advogados, soubemos dessa negociação. Fizemos um parecer mostrando de que forma poderia ser estruturada do ponto de vista jurídico essa transação. Não intermediamos o negócio. Agimos única e exclusivamente como advoga-

vestigar isso", defende o líder tucano Arthur Virgílio (AM). Na última quinta-feira à noite, a oposição já tinha assinaturas suficientes para instalar no Senado a CPI do Apagão Aéreo.

Agora, a oposição se arma para dar trabalho ao Planalto. E Roberto Teixeira é figura-chave. Os entusiastas da idéia acham que, por meio dele, podem atingir o presidente Lula. **"Ele pode ser o Okamotto da vez", provoca Agripino Maia**, referindo-se ao presidente do Sebrae, Paulo Okamotto, outro amigo do presidente enredado em denúncias de corrupção nas CPIs dos Bingos e dos Correios. Ao longo da semana, técnicos da oposição foram incumbidos de escarafunchar documentos que possam servir à investigação. Com atenção especial a Teixeira, claro. As histórias incluem desde a suspeita de que o compadre de Lula estaria fazendo *lobby* para fornecedores estrangeiros de equipamentos à Aeronáutica até os negócios relacionados ao setor aéreo. A aposta é de que uma investigação bem feita traga novamente à tona um personagem célebre dos escândalos passados: Delúbio Soares. O ex-tesoureiro petista seria, em última instância, o operador do caixa paralelo da Infraero. Em relação a Teixeira, diz-se ainda que ele receberá R$ 7 milhões de comissão pela venda da Varig. E

dos e estruturadores jurídicos do negócio.

ISTOÉ – O sr. teve contatos com alguém do governo para apresentar ou advogar o negócio?

Teixeira – Os advogados estão sujeitos ao sigilo profissional. Se nosso escritório tivesse vazado qualquer tipo de informação, seríamos responsáveis. Se houvesse vazamento, feriríamos de morte a ética profissional e criaríamos uma situação de caos para nossos clientes. Jamais houve contato com qualquer membro do governo. E desafio alguém a dizer que tenha recebido de algum membro de meu escritório qualquer indicação de que pudesse estar havendo um negócio nesse sentido.

ISTOÉ – **Se o sr. agiu apenas como advogado, qual a razão de sua presença na reunião em que o Nenê Constantino e o Constantino Jr. (controladores da Gol) anunciaram o negócio para o presidente Lula?**

Teixeira – Eu fui como advogado que estruturou o negócio jurídico e que tinha condições de dar explicações, se fosse necessário. E também porque é prazeroso estar entre amigos, como é o presidente. Não tenho por que me arrepender pois minha presença foi profissional.

ISTOÉ – Por que o negócio foi aprovado com tanta rapidez pela Anac?

Teixeira – Não foi rápido. Foi demorado. Quando a VarigLog assumiu a Varig, foi constituída uma nova empresa e eram necessárias todas as certificações técnicas e autorizações da Anac. Agora, era só uma transferência de controle acionário. Era apenas verificar quem está substituindo os controladores acionários. E quem estava substituindo era uma empresa, a Gol, amplamente conhecida e com atuação no mercado. Isso poderia ser feito em 24 horas. Quando a VarigLog comprou a Varig, todos criticaram

"MINHA AMIZADE COM LULA CRIA CONSTRANGIMENTOS PARA NÓS DOIS"

que esse valor inclui mais uma meta além das já alcançadas em Brasília: aprovar o negócio no Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade. "Se alguém se sente devedor desse valor, eu dou o número da conta do escritório e mande depositar por favor", responde Teixeira, com uma dose de ironia.

Os movimentos do advogado junto ao poder estão sendo esquadrinhados. Quando a CPI for instalada, um dos convocados a prestar depoimento será o ex-ministro da Defesa José Viegas. Para que ele diga por que saiu do Ministério, em 2005. Hoje à frente da embaixada brasileira em Madri, Viegas teria admitido a amigos que deixou a Pasta porque não quis ceder à pressão do Planalto para que atendesse de pronto os interesses de Roberto Teixeira, em especial a transferência dos espaços inativos da Transbrasil nos aeroportos para a novata Ocean Air. "Tentamos recuperar os direitos da Transbrasil no âmbito administrativo do governo. O Ministério da Defesa negou o nosso pedido. Recorremos, como determina a lei, à Presidência da República, que também negou nossa solicitação. Se isso é ter vantagem, eu não entendo mais nada", afirma Teixeira. "Só conseguimos os direitos na Justiça."

Roberto Teixeira guarda participação em diversos episódios rumorosos do PT. Seu nome apareceu na CPI dos Bingos. Também foi envolvido em uma denúncia de um esquema de arrecadação junto a prefeituras administradas pelo partido. Acabou absolvido. Àquela época, Lula morava numa casa cedida, de graça, por Teixeira. Teixeira teve participação ainda na compra do apartamento de Lula em São Bernardo do Campo. "Trata-se de um mecenas da vida privada do presidente", dispara o deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), um dos entusiastas da CPI. Outro exemplo ocorreu durante o seqüestro de um sobrinho de Teixeira em 1993. À época, Lula chegou a angariar R$ 400 mil junto a "empresários amigos", conforme ele próprio relatou à polícia, para pagar o resgate. O seqüestro foi resolvido pelo delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva sem que fosse preciso pagar nada aos seqüestradores. Eleito presidente da República, nomeou Lima e Silva diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Há ainda o caso de uma ONG do PT que foi subcontratada, sem licitação, pela Prefeitura de São José dos Campos (SP), à época administrada pela petista Ângela Guadagnin. Lula era membro da ONG. E Teixeira foi quem elaborou o estatuto. Mais recentemente, quando se falou nas tentativas de aproximação do grupo Opportunity com o governo por meio de advogados ligados ao PT, lá estava ele. Teixeira foi um dos três advogados petistas contratados pelo grupo do banqueiro Daniel Dantas. O líder do PT na Câmara, Luiz Sérgio, assegura que a possibilidade de Roberto Teixeira vir a ser investigado não amedronta o governo nem o partido. "Não temos nada a esconder", disse. Na prática, porém, o Planalto segurou enquanto pôde a CPI, inclusive como forma de blindar o compadre Teixeira. E agora, como será? Há turbulência no ar. ■

INTRIGANTE Quando Nenê Constantino (*à esq.*) foi anunciar a Lula que comprara a Varig, levou com ele Teixeira (*ao centro*)

"JAMAIS FIZ CONTATO COM O GOVERNO. DESAFIO QUEM PROVE O CONTRÁRIO"

que o processo foi demorado. Agora, criticam que foi rápido demais. Fica difícil entender o que querem que se faça.

ISTOÉ – Dizem que esse serviço foi remunerado por R$ 7 milhões.

Teixeira – Eu fui perguntado por outro repórter sobre um valor de R$ 35 milhões. Eu, aliás, me contento com os R$ 7 milhões. Só quero que me façam um favor. Localizem quem se diz devedor desse dinheiro e peçam para pagar. O escritório Teixeira Martins Advogados tem um contrato de prestação de serviço com a VarigLog há algum tempo. A cobrança é por hora trabalhada e não foi cobrado um real a mais do que aquilo estabelecido pelo contrato que temos com a VarigLog. Mas se alguém se sente devedor desse valor, por favor, não há problema nenhum, eu dou o número da conta do escritório e mande depositar.

ISTOÉ – O sr. vai trabalhar para a Gol?

Teixeira – O que há de comum entre as duas empresas é o fato de terem os mesmos acionistas. A Varig continuará como uma empresa independente, com estrutura própria. Sou advogado da Varig.

ISTOÉ – O sr. atendeu outras empresas de defesa, como as francesas Thales e Thompson?

Teixeira – Absolutamente. Jamais. Mas se quiserem nos procurar como advogados, o escritório está aberto. Nós gostaríamos de tê-los como clientes. Aliás, por favor, sugira para eles.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, historicamente, a Amazônia sempre reclamou a presença mais firme do Estado brasileiro. Não poderia ser diferente. Trata-se de uma região estratégica sob vários aspectos.

É na Amazônia que se concentra a maioria dos povos indígenas que sobreviveram ao processo da colonização econômica e cultural do chamado mundo ocidental.

Em termos territoriais ela corresponde a sessenta por cento do território nacional, com seus mais de quatro milhões e setecentos mil de quilômetros quadrados.

No campo da geopolítica, sua relevância se agiganta por conta da fronteira terrestre de seis mil quilômetros quadrados com os países do Norte da América do Sul. Um deles, a Colômbia, com conflito armado, que dura mais de quarenta anos.

É o potencial ecológico, no entanto, o fator que mais deixa a região permanentemente sob os olhos do mundo. Hoje, mais do que antes. E no futuro mais do que hoje. Isso não nos deve causar espanto, haja vista que nessa região do Brasil repousa a maior floresta tropical do mundo, a maior reserva de água doce do planeta e uma variedade de ecossistemas que ainda levarão séculos para ser desvendados pela ciência.

Sr. Presidente, os fatores que ditam a importância estratégica da Amazônia para o Brasil não acabam aqui certamente. Eles são infindáveis, e esse é o tamanho da responsabilidade de cada um de nós nas questões amazônicas.

Hoje, por exemplo, estamos diante de uma demanda política de muita sensibilidade, que é o desmembramento de competências do Ibama para o âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado pela Medida Provisória nº 366, e o fechamento de escritórios desta instituição e de unidades avançadas do Incra. São medidas que causam tensão e apreensão no meio dos servidores e da sociedade amazônica.

A primeira leitura que se faz dessa mudança remete ao enfraquecimento da presença do Estado brasileiro em áreas vulneráveis ao ataque de agentes inescrupulosos à sociodiversidade e a biodiversidade. Ilícitos desta natureza são combatidos cotidianamente de modo tenaz pelos servidores dessas duas instituições. Refiro-me aos depredadores das florestas, da fauna, dos rios e dos demais recursos minerais e aos que praticam biopirataria.

Refiro-me aos grileiros que a todo instante tentam se adonar de terras públicas para fins especulativos.

Tanto o Ibama quanto o Incra cumprem papel igualmente estratégico no aprimoramento da ocupação e uso racional dos recursos da Amazônia. Não só pela competência de vigilância, mas, também, pela intervenção social que ambos têm realizado nas últimas décadas.

No meu Estado, Sr. Presidente, o Ibama tornou-se parceiro dos movimentos sociais em projetos de recuperação do meio ambiente, como os relacionados à reposição dos estoques naturais de quelônios e de peixes. Entre as ações do Incra destaco a manutenção e implantação de assentamentos agrários nas suas diversas modalidades, a arrecadação de terras para reforma agrária e a legalização das terras de pequenos agricultores.

São ações de grande alcance social e ambiental. Elas fomentam a cidadania e, por conseqüência, reforçam a legitimidade brasileira em localidades antes esquecidas pelo poder público e que, por isso, ficam ao alcance dos malfeitores que atuam na região, como são os casos dos narcotraficantes, biopiratas e dos grileiros de terra.

É por tudo isso que as mudanças em andamento no Ibama e no Incra causam tanta tensão. Os servidores e a sociedade temem que, de uma hora para outra, os parcos avanços do Governo Federal nos setores ambiental, fundiário e agrário transformem-se em recuos irremediáveis, com enormes perdas para a Amazônia e para o Brasil.

Não é tarefa fácil, para os líderes políticos do Amazonas, explicar que o fechamento de onze escritórios do Ibama e seis unidades avançadas do Incra não implica perdas no poder de articulação das duas instituições em prol da proteção do meio ambiente e das conquistas sociais, principalmente no meio rural.

As peculiaridades do território amazonense exigem, conforme os técnicos do setor, que se reforce a estrutura das duas instituições e que se amplie a capilaridade delas nas regiões de conflitos agrários e sócioambientais, como as das fronteiras do sul e do leste do estado.

As duas medidas analisadas sob as informações disponíveis, sinalizam para um afrouxamento no anteparo do avanço extrativista desenfreado sobre as terras e sobre os recursos naturais do leste do amazonas com o oeste do Pará. Uma vasta área dessa região, que compreende parte das bacias dos rios Mamuru e Uaicurapá, no município de Parintins, é alvo do roubo de madeiras e da grilagem de terras para plantios de soja. Centenas de pequenos agricultores e coletores de produtos florestais estão sob ameaça de jagunços que se dizem a serviço de grupos de grileiros e de ladrões de madeiras.

Aliás, fiz essa denúncia aqui desta tribuna, na semana passada, e solicitei a solução do problema ao Ministério da Justiça, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério do Meio Ambiente e à Procuradoria-Geral da República.

No sul do Amazonas, Sr. Presidente, a situação ainda é mais grave. Lá, os conflitos entre grileiros, ladrões de madeiras e pequenos agricultores exigem a presença permanente do poder público, inclusive das forças de segurança. Nessa região, que abrange os municípios de

Lábrea, Humaitá, Boca do Acre e Manicoré, estão os maiores latifúndios sob suspeita de grilagem.

É por isso que as duas medidas causam tanta temeridade. Da forma como estão postas, ainda com carência de melhores esclarecimentos, elas sugerem um retrocesso nas conquistas sócioambientais conseguidas em longos anos, principalmente nas que se referem à geração de benefícios sociais e às parcerias do poder público com os moradores das zonas urbanas e rurais em ações de fiscalização e de proteção do meio ambiente.

Não há discordância quanto à criação do Instituto Chico Mendes. Mas é preocupante que esse novo órgão, cuja responsabilidade será a de administrar as unidades de conservação federais, tenha que se valer da já combalida estrutura pessoal, material e orçamentária do Ibama.

No Amazonas, existem vinte unidades de conservação federais. Dessas, apenas sete terão sedes em cidades próximas. As demais, que, atualmente, utilizam-se de unidades do Ibama que serão extintas ou que serão mantidas exclusivamente para esse órgão, ficariam sem sedes administrativas.

O que podemos vislumbrar nesse momento são situações administrativas insustentáveis e inviáveis, com o imediato enfraquecimento das ações de ambas as instituições e prováveis perdas irreparáveis ao patrimônio ambiental brasileiro. Isso é tudo o que não queremos, nem agora, nem mais tarde. Aliás, nossa meta deve voltar-se, sempre, para redução do desflorestamento, como já vem ocorrendo no governo do Presidente Lula, e para a compatibilidade da conservação do meio ambiente com a melhoria da qualidade dos brasileiros e brasileiras que moram na Amazônia e fora dela.

O Incra, por sua vez, propõe o fechamento, de seis das onze unidades avançadas que possui no território amazonense. Elas estão localizadas em Benjamin Constant, Tefé, Lábrea, Manacapuru, Borba e Parintins.

Benjamin Constant está na área de fronteira com o Peru e a Colômbia, que sofre forte pressão de narcotraficantes.

Lábrea compõe a área de conflito fundiário do sul do Amazonas.

E Parintins localiza-se na fronteira com o Pará, onde é crescente a pressão sobre as terras da União. Lá também está implantado o assentamento Vila Amazônia.

As unidades do Incra no Amazonas ameaçadas de fechamento atendem a vinte e três dos sessenta e dois municípios do Estado. Por intermédio delas, mais de quatro mil e setecentas famílias estão assistidas com crédito em projetos da reforma agrária, outras quinze mil e setenta e quatro famílias ainda aguardam pelo benefício.

Essa medida, caso aplicada do jeito como foi anunciada, causará grande impacto na administração e na atuação externa do Incra no Amazonas. As unidades avançadas deixam a instituição mais próxima do público alvo da reforma agrária, que, por sua vez, se sentem mais seguros e mais assistidos por esse importante programa do Governo Federal. É inegável que a reforma agrária avança e faz justiça por meio da garantia da terra a quem dela necessita para viver com dignidade.

Sr. Presidente, a minha intervenção neste assunto traz para esta Casa a preocupação dos servidores do Incra e do Ibama quanto ao possível encolhimento e até travamento das atividades desenvolvidas por eles no Amazonas. Uma preocupação justa, a meu ver, pois o Amazonas e a Amazônia são, como disse antes, estratégicos para o Estado brasileiro.

O Amazonas, o maior Estado da Federação em extensão territorial, com mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados, apresenta o menor índice de desflorestamento. Os satélites apontam que noventa e oito por cento da floresta estão intactos. Esse é um feito que entusiasma o Brasil e o mundo, ao mesmo tempo em que é um desafio, pois a manutenção da floresta em pé exige políticas públicas que gerem desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável.

Recuar nas políticas públicas que, com todas as dificuldades de execução, dão resultados alvissareiros para o aproveitamento racional e proteção do bioma amazônico seria um erro imperdoável. Não creio que seja esse o objetivo das mudanças previstas pelo Governo Federal para o Incra e para o Ibama. Mas para que elas sejam convincentes e cessem as dúvidas, precisam de melhor explicação. E, no caso de finalizadas, devem de imediato produzir resultados melhores dos que os obtidos atualmente.

Ficarei atento à esta questão. Ficarei atento para fiscalizar e para contribuir com o Governo Lula que, com certeza, não tem outra compreensão a respeito da Amazônia senão aquela que a consagra como região estratégica para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Srªs e Srs. Senadores, cidadãos e cidadãs do Brasil, muito obrigado.

O SR. JOÃO PEDRO (BLOCO/PT – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 7 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

18/05/2007
sexta-feira

08:00 - **Viagem com o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva para Inauguração do trecho de 153 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul que liga Araguaína a Aguiarnópolis e a terceira maior usina de biodiesel do país, na cidade de Porto Nacional.**

Estado do Tocantins

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007, PUBLICADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2007, QUE "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para os fins que especifica."

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
ADEMIR CAMILO	03
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	02
MAURO NAZIF	01

Indice de Emendas
MPV 370/2007 - EMENDA

		Total por Parlamentar
ADEMIR CAMILO	00003	1
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	00002	1
MAURO NAZIF	00001	1
	Total de Emendas:	*3*

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

ESI

EMENDA - 00001
MPV 370/2007
Mensagem 0049/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MP n.º 370/2007

PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória n.º 370/2007-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o seguinte subtítulo:

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Programa 0359 Desenvolvimento da Bovideocultura
Funcional Programática: 10.604.0359.4842.XXXX
Ação – Erradicação da Febre Aftosa nos Municípios do Estado de Rondônia - No Estado do Rondônia (Crédito Extraordinário)
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R$ 1.500.000,00
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R$ 500.000,00

Cancelar:
UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Programa 0359 Desenvolvimento da Bovideocultura
Funcional Programática: 10.604.0359.4842.0101
Ação – Erradicação da Febre Aftosa nos Municípios do Estado de Rondônia - No Estado do Rondônia (Crédito Extraordinário)
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R$ 1.500.000,00
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A nível mundial a febre aftosa atinge todos os continentes não gelados. À nível regional, a doença reduz consideravelmente o lucro dos fazendeiros e a disponibilidade de oferta de carne para o consumo humano. À nível nacional, a febre aftosa inibe o crescimento econômico da pecuária e limita o acesso ao mercado internacional.

Hoje Rondônia com seus mais de 11,5 milhões de cabeça de gado de corte e leiteiro é responsável por mais de 26% do rebanho bovino da região norte do Brasil, ocupando o 2º posto no Ranking regional e 7º nacional, estes números por si só se justificam para que tenhamos uma atenção especial no que se refere a erradicação da febre aftosa no Estado.

Num país como o Brasil, com o maior rebanho bovino mundial (170 milhões de cabeças), com o terceiro maior mercado de produção de suínos e em sexto lugar na produção de leite, a ocorrência da doença seria devastadora.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	MAURO NAZIF	RO	PSB

DATA __/__/__

ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA - 00002
MPV 370/2007
Mensagem 0049/2007-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO: MEDIDA PROVISORIA Nº 370	PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

Inclua-se:
22000: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
22101: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
FP:20.604.0359.4842.0101 – Erradicação da Febre Aftosa no Estado de Alagoas.
GND: 3
FONTE:300
MA: 30
VALOR:2.000.000
GND :4
FONTE :300
MA : 30
VALOR : 2.000.000
Cancelamento:
22000: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
22101: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
FP: 20.604.0359.4842.0101 – Erradicação da Febre Aftosa -Nacional.
GND: 3
FONTE:300
MA: 30
VALOR:2.000.000
GND : 4
FONTE: 300
MA : 30
VALOR : 2.000.000

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo incluir o Estado de Alagoas na Medida Provisória para erradicação da febre aftosa no Brasil. O assunto é preocupante e a inquietação atinge todo o País. Assim, acreditamos que a prevenção ainda é o melhor remédio. Desta forma, vimos pleitear a alocação de recursos para combater a proliferação daquela doença no Estado, prevenindo, assim, prejuízo maior aos criadores e ao nosso país.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEP. MAURICIO QUINTELLA LESSA	AL	PR

DATA: 17/05/07 ASSINATURA:

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAME

EMENDA - 00003
MPV 370/2007
Mensagem 0049/2007-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	370	1 de 1

TEXTO

Acréscimo:

20.604.0359.4842.0000 – Verificação de aplicação de vacinas para a erradicação da febre aftosa.
GND – 3
Valor – R$5.000.000,00

Cancelamento:

20.604.0359.4842.0101 – Erradicação da febre aftosa.- Nacional
GND – 3
Valor – R$5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Pretende a emenda destinar a importância de R$5.000.000,00 à Emater para custeio de despesas e viagens, inclusive diárias, para verificação "in loco" das aplicações de vacinas contra febre aftosa no País, com carimbo de certificação, envolvendo um grande projeto sanitário, em conjunto com técnicos agropecuários, veterinários, e zootecnistas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ADEMIR CAMILO	MG	PDT

DATA	ASSINATURA
17/05/2007	

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*[S]
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery*[S]
PSDB – Flexa Ribeiro*[S]
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*[S]
PFL – Eliseu Resende**

Goiás
PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí
PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *[S]
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*[S]
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*[S]
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*[S]
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *[S]
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins
PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007
Designação: 13.2.2007
Instalação:
Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. Rosalba Ciarlini - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB[1]
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jayme Campos - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Raimundo Colombo - PFL	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) [2]	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

[1] Vaga do PMDB cedida ao PSB
[2] Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Raimundo Colombo - PFL	1. João Tenório – PSDB [2]
Osmar Dias – PDT [1]	2. Cícero Lucena – PSDB [2]
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

[1] Vaga cedida ao PDT
[2] Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Kátia Abreu - PFL	1. José Agripino - PFL
Eliseu Resende - PFL	2. Romeu Tuma - PFL
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1.Fátima Cleide – PT
Flávio Arns –PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. Joaquim Roriz
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Wilson Matos - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - PFL
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Francisco Dornelles - PP
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres - PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Romeu Tuma - PFL	2. Marco Maciel - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	3. Raimundo Colombo - PFL
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
(vago)	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. César Borges – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – PFL
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Wilson Matos – PSDB	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. (vago)
Heráclito Fortes – PFL	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – PcdoB	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Wilson Matos – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
(5 titulares e 5 suplentes)

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4.Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
César Borges – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jonas Pinheiro – PFL	1. Raimundo Colombo – PFL – PFL
	2. Rosalba Ciarlini – PFL – PFL
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003
5ª Eleição Geral: 23.11.2005
6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente:
Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2. (vago)		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. (vago)		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma[1](PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

[1] Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago)[1]	
Demóstenes Torres[2] (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias[2 4]	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide[3] (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

[1] Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

[2] Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

[3] Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

[4] O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003
3º Designação Geral: 03.04.2007

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	**PRESIDENTE** Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	**1º SECRETÁRIO** Senador Efraim Morais (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	**2º SECRETÁRIO** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	**3º SECRETÁRIO** Senador César Borges (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	**4º SECRETÁRIO** Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA	**LÍDER DA MAIORIA**
LÍDER DA MINORIA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador Demóstenes Torres (PFL-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho[1]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	**SUPLENTES**
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO[2]	EMANUEL SOARES CARNEIRO[2]
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO[2]
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE[2]
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT[2]	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER[3]	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	**EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO**	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA[2]	STEPAN NERCESSIAN[2]
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS[2]	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO[2]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO[2]	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ[2]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

[1] Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.
[1] Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.
[1] Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA[1]

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) [5]

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[1] Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

[5] Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
PFL	
EFRAIM MORAIS (PFL/PB)	1. ADELMIR SANTANA (PFL/DF)
ROMEU TUMA (PFL/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (PFL/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PT/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/PFL/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)
GERMANO BONOW (PFL/RS)	3. JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: **cpcm@camara.gov.br**

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA	**LÍDER DA MAIORIA**
LÍDER DA MINORIA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** DEMÓSTENES TORRES PFL-GO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** HERÁCLITO FORTES PFL-PI

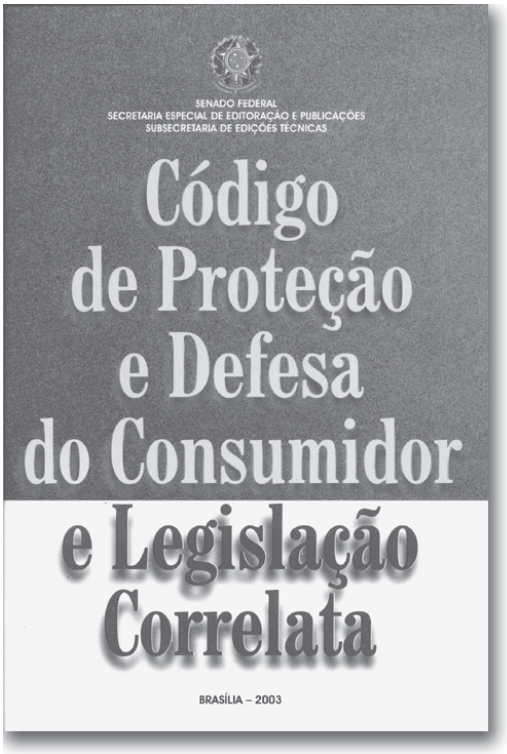
(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS